

**Caderno de Orientações
SEDU/GS N° 07/2018**

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO 2018

Secretaria da Educação de Sorocaba

**Sorocaba
2018**

Prefeito

José Caldini Crespo

Vice-Prefeita

Jaqueline Lilian Barcelos Coutinho

Secretária da Educação

Marta Regina Cassar

Gestores de Desenvolvimento Educacional

Adilene Ferreira Carvalho Cavalheiro
Ana Paula Rodrigues Sanches
Gilmar Felipe Piccin de Lima
Isabel Cristina Dias Moraes Cardoso
Leila Regina Oliveira Chinellato
Luis Gustavo Maganhato
Maria Carolina Rebuá Ribeiro
Sonia Maria Manetta Cobianchi de Oliveira
Thais Helena de Oliveira Moraes
Valdirene Aparecida Nicoláu N. Antunes
Viviane Scalise Liberatoscioli Arruda
Wagner Luiz Paes Coelho

Supervisores de Ensino

Ana Rosa Rezende
Antonio Carlos Arantes
Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez
Cláudia Milaré de Toledo Lusivo
Daniela de Ávila Pereira Lourenço
Edmara Aparecida Parra Melati
Everton de Paula Silveira
Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara
Jessimeire Alessandra D. C. Grosso
Luiz Fábio Santos
Márcia de Fátima Delanholo Sturm
Maria Cristina Camargo
Paula de Fátima Soares Cosmin
Paula Medeiros Prado Silvestrini
Roberta Rodrigues da Paz Oliveira
Sara Aparecida Pereira
Solange Aparecida da Silva Brito
Sonia Piaya Marinho Munhós

Divisão de Apoio Técnico-Pedagógico (DATP)

Eduardo Jesus Grignoli Egêa
Faiga Raíça de Lima Damian
Fani Albertoni P. Ramos
Gleici Elizabeth Ayuso
Cibele Cernomoret Silvestre

Comissão Organizadora

Adilene Ferreira Carvalho Cavalheiro
Ana Paula Rodrigues Sanches
Aparecida Ferreira da Silva Gutierrez
Danieli Casare
Eunice Regina Ravanelli Athayde
Gilmar Felipe Piccin de Lima
Nilza Maria C. de Arruda Camargo
Valdirene Aparecida Nicoláu N. Antunes
Wagner Luiz Paes Coelho

Divisão de Educação Especial (DEE)

Francine Alessandra Gracia Menna
Vânia Rodrigues de Almeida Medeiros
Luciane Rodrigues de Carvalho

Contribuições

Equipe Multidisciplinar (SEDU)
Secretaria de Abastecimento e Nutrição (SEABAN)
Secretaria da Saúde (SES)

Sumário

1. Apresentação	4
2. Considerações sobre planejamento	5
3. Planejamento 2018.....	8
3.1. Reunião de Equipe (01/02/2018)	8
3.2. Reunião de Planejamento (02/02/2018).....	9
3.3. Dia Letivo: Acolhimento em Rede “Escola Aberta” (05/02/2018).....	10
3.4. Período Inicial de Acolhimento e Adaptação.....	10
3.5. Replanejamento (31/07/2018).....	14
3.6. Reunião de Avaliação Ensino Aprendizagem – RAEA.....	14
3.7. Reunião de Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento e da Aprendizagem na Educação Infantil.....	15
3.8. Reunião de Conselho de Classe/ Ano/ Termo.....	15
Referencias	17
Anexos.....	21
Anexo 1: Mobilização da Rede Municipal pela Alfabetização na Idade Certa	21
Anexo 2: Formação dos Profissionais da Educação.....	28
Anexo 3: Orientações da Recuperação Paralela	31
Anexo 4: Orientações do Projeto “Salas de Leitura: Novos Olhares”	38
Anexo 5: Orientações do Projeto “Leitura na Primeira Infância.....	40
Anexo 6: Orientações da “Educação de Jovens e Adultos – EJA”.....	41
Anexo 7: Orientações da Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral	43
Anexo 8: Orientações da Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar	45
Anexo 9: Orientações da Seção de Alimentação Escolar (SAE).....	62
Anexo10: Orientações da Divisão de Educação Especial	68
Anexo11: Orientações do Programa “Professor Aprendiz”	76
Anexo12: Calendário Escolar 2018.....	79

1. Apresentação

Prezados profissionais da educação,

A Secretaria da Educação apresenta à Rede Municipal de Ensino de Sorocaba o Caderno de Orientações para o Planejamento 2018, com o objetivo de subsidiar as instituições educacionais na organização do trabalho pedagógico, por meio da consolidação do Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar.

É válido ressaltar que o processo de planejamento é de extrema importância, possibilitando a construção coletiva dos objetivos e metas para o novo ano letivo, a reflexão das práticas já realizadas e a sua ressignificação, afinal, como enfatiza Antoni Zabala, “um dos objetivos de qualquer bom profissional consiste em ser cada vez mais competente em seu ofício”.

Nesta perspectiva e almejando o aprimoramento da oferta de uma educação pública de qualidade, a escola gradativamente se fortalece enquanto espaço reflexivo, que de acordo com os pensamentos de Isabel Alarcão, é a “organização que continuamente se pensa a si própria, na sua dimensão social e na sua organização e se confronta com o desenrolar da sua atividade num processo heurístico simultaneamente avaliativo e formativo”.

O ato de planejar também oferece a oportunidade de todos sonharem novamente, revisitarem os sonhos já existentes e construir novas utopias, estabelecendo assim onde se pretende chegar. Lembrando que sonhos e utopia são concebidos aqui, conforme as ideias de Rios, “(...) não algo impossível de ser realizado, mas algo ainda não realizado”. É nesta distância entre o real e aquilo que se sonha que as intervenções precisam concentrar-se. A partir do que se possui deve ser traçado o caminho para se alcançar o ápice: aquilo que se quer e, conseqüentemente, aquilo que se deseja - um mundo mais ético e humano.

Este caminho a ser trilhado não é individual, necessita ser percorrido coletivamente, sob a perspectiva de uma Educação Integral. Sendo assim, a Secretaria da Educação de Sorocaba, convida a todos a se engajarem nesta travessia.

Marta Regina Cassar
Secretária da Educação

2. Considerações sobre planejamento

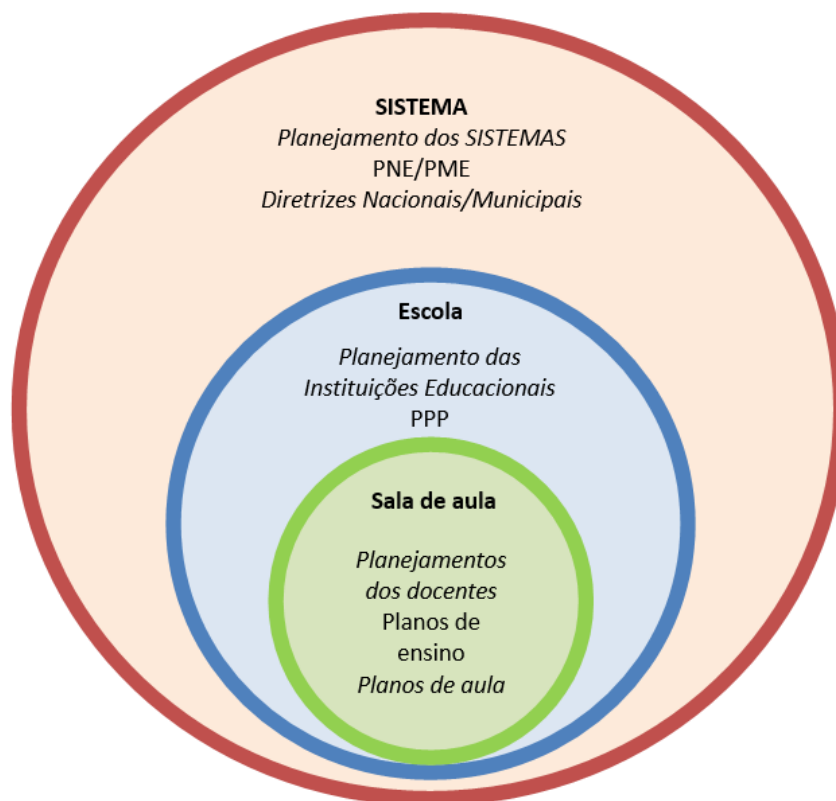
“É práxis, que implica na ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” Paulo Freire (1972, p.95)

A concepção de planejamento educacional no Brasil registrou significativas mudanças desde o Manifesto dos Pioneiros (1932) até a elaboração do Plano Nacional de Educação em 2014. Nesse período de mais de 80 anos, é nítida a transformação na forma de participação inicialmente focada nos agentes do governo e, mais recentemente, na sociedade civil organizada. Decorrente desta perspectiva histórica, foi aprovado, em 2015, o Plano Municipal de Educação de Sorocaba, conforme a Lei nº 10.133, de 25 de junho de 2015. A Secretaria de Educação de Sorocaba, desde a publicação do PME, vem articulando ações para apoiar a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas municipais. Atendendo ao princípio constitucional da gestão democrática, a escola pública tem autonomia para a elaboração do seu PPP, com a participação ativa da comunidade escolar e local nas decisões/ações administrativo-pedagógicas nela desenvolvidas.

O enfoque dado ao planejamento educacional evoluiu de um modelo tecnicista para uma dimensão política, com definição de diretrizes que orientam quanto à transformação da realidade rumo ao futuro desejado. É com este pensamento e, por meio da construção coletiva do PPP da escola, que as unidades de ensino poderão planejar o ano letivo, tendo em vista o grande desafio da educação pública: a qualidade social da educação.

Nesta perspectiva, a Secretaria da Educação compreende planejamento educacional como um processo contínuo e dinâmico de reflexão e ação, que deve ocorrer em três níveis interdependentes:

- 1) SISTEMA (redes de ensino);
- 2) INSTITUIÇÃO (unidade escolar) e
- 3) ENSINO (sala de aula).



Ao resgatar estes níveis do planejamento educacional, pretende-se enfatizar que o planejamento escolar dialoga com os documentos norteadores e mandatórios, instituídos em âmbito nacional, que procuram tecer as bases em que se assenta a Educação: a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais, os Indicadores de Qualidade da Educação, os Direitos de Aprendizagem, a Escala de Proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Plano de Ações Articuladas (PAR), o Plano Nacional de Educação (PNE), a nova Base Nacional Comum Curricular (aprovada em dezembro de 2017), entre outras importantes publicações.

Em nível local, dialoga ainda com o Plano Municipal de Educação (PME), a Matriz Curricular e o Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba. Todas estas articulações são necessárias porque a Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas demais disposições legais.

O Planejamento Escolar requer a reflexão e mobilização dos(as)

educadores(as) em torno da construção de valores, princípios, concepções e significados acerca da educação, da aprendizagem, dos tempos e espaços escolares, da avaliação e formação de educadores. O processo de planejamento implica a reflexão permanente e ação da coletividade, por meio da elaboração e revisão do seu PPP.

Conforme Fusari, o planejamento escolar pode ser concebido como:

[...] processo que envolve a prática docente no cotidiano escolar, durante todo ano letivo, onde o trabalho de formação do estudante, através do currículo escolar, será priorizado. Assim, o planejamento envolve a fase anterior do início das aulas, o durante e o depois, significando o exercício contínuo da ação-reflexão-ação, o que caracteriza o ser educador. (FUSARI, 1988, p.9)

Desdobrando os propósitos idealizados de forma coletiva, por meio do PPP e do planejamento escolar, estão os **Planos de Ensino**, que são elaborados pelos docentes, levando em consideração a realidade e a história de todos e cada um. Consistem na organização do processo de trabalho a ser desenvolvido pelo professor no ano letivo em curso, em cada turma e em cada componente curricular. São constituídos dentro de um fazer/olhar dialógico para, assim, serem propulsores da reflexão sobre a prática.

Nos planos de ensino, a organização do processo ensino-aprendizagem deve ocorrer em dois grandes núcleos ou eixos interligados: objetivos/avaliação e conteúdos/métodos (FREITAS, 2009, p.14).

Assim, a avaliação deixa de ser uma atividade formal que ocorre ao final do processo ensino-aprendizagem. Ela forma um par dialético com os objetivos e, juntos, orientam todo o processo que se segue. Segundo Freitas (2009, p.17), deve-se levar em conta que a avaliação não incorpora apenas objetivos escolares das matérias ensinadas, mas também objetivos ligados à função social da escola no mundo atual.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica preveem em seu art. 47, parágrafo §2º, que:

[...] em nível operacional, a avaliação da aprendizagem tem, como referência, o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que os sujeitos do processo educativo projetam para si de modo integrado e articulado com aqueles princípios definidos para a Educação

Básica, redimensionados para cada uma de suas etapas, bem como no projeto político-pedagógico da escola. (BRASIL, 2010)

Sob esta perspectiva, as orientações e propostas da Secretaria da Educação, para a estruturação do ano letivo que se inicia, almejam:

- Propiciar espaços de fortalecimento da gestão democrática, partilha e reflexões sobre experiências e saberes da comunidade escolar;
- Fomentar discussões e reflexões acerca das temáticas relacionadas ao cotidiano escolar nas instituições educacionais, com especial atenção à aprendizagem do(a) estudante e à qualidade social da educação básica;
- Apoiar o processo de formação continuada no contexto escolar.

3. Planejamento 2018

A Secretaria da Educação propõe a seguinte organização para o início do ano letivo de 2018:

- **01/02/2018:** Reunião de Equipe nas Instituições Educacionais (Dia Não Letivo);
- **02 /02/2018:** Reunião de Planejamento (Dia Não Letivo);
- **05/02/2018:** Acolhimento em Rede: “Escola Aberta” (Dia Letivo).

3.1 Reunião de Equipe (01/02/2018)

A primeira reunião do ano é muito importante, pois é o momento em que gestores, docentes e equipe de apoio escolar, reunidos, conhecem-se uns aos outros e planejam os tempos e espaços, interagindo com a cultura escolar, para que os objetivos educacionais ao longo do ano sejam alcançados.

Sugestão de pauta:

- Acolhimento da Equipe Escolar;
- Atualização da Caracterização da Equipe Escolar com informações que compõem o PPP/Marco Situacional da Escola;
- Contextualização da escola: breve apresentação do processo de construção do PPP, do Regimento Escolar, dos Resultados da Avaliação Institucional;
- Entrega de horários, listagem das turmas, cópias dos prontuários dos estudantes e organização da equipe escolar para o início do ano letivo.

3.2 Reunião de Planejamento – (02/02/2018)

Para este dia, sugere-se que a equipe gestora organize os trabalhos resgatando e revisando o Projeto Político-Pedagógico da escola.

O documento, que teve como base a discussão dos textos disponibilizados pelo Comitê do Marco Referencial, as plenárias realizadas na rede e as orientações contidas no Caderno de Orientações SEDU nº 05 – Diretrizes para a construção do Projeto Político-Pedagógico, no Caderno de Orientações SEDU/DAGP nº 07/2015, deverá ser atualizado e orientar as decisões e os fazeres pedagógicos.

Considerando a revisão e atualização do PPP, o Marco Situacional deverá observar as alterações no quadro de funcionários, estudantes(as) e turmas, infraestrutura e demais questões diagnósticas. Já o Marco Conceitual deve observar coerência com o Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba. A comunidade escolar deverá analisar criticamente seu marco conceitual para realizar ajustes, se forem necessários.

Neste sentido, é preciso atualizar também o Marco Operacional, organizando e registrando os processos internos da escola, necessários para a construção da escola que se almeja. Para tanto, é importante garantir o registro dos Planos de Ações para cada uma das dimensões: Pedagógica, Formativa, Financeira, Operacional e Comunitária (Caderno de Orientações SEDU N.º 05 – p. 14).

Por meio do trabalho coletivo e, tendo como base os documentos norteadores e mandatórios, instituídos em nível de sistema e institucional, considera-se oportuno que este dia de planejamento também seja direcionado para ações entre docentes de etapa/ano/termo, contemplando:

- Organização das atividades de adaptação/acolhimento das crianças/estudantes;
- Organização das atividades diagnósticas a serem desenvolvidas;
- Descrição por etapa/ano/termo dos aspectos que serão observados durante as primeiras semanas de aula para caracterização dos grupos em suas necessidades e potencialidades. Cada grupo de docentes deverá construir o registro de observações dos estudantes durante as atividades diagnósticas adequadas às dife-

rentes etapas e modalidades da Educação Básica. Estas informações iniciais também atualizarão o PPP/Marco Situacional da instituição;

➤ Compartilhamento entre os pares dos planos de Adaptação/Acolhimento e de diagnóstico inicial das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

3.3 Primeiro Dia Letivo: Acolhimento em Rede “Escola Aberta” (05/02/2018)

Inicialmente, sugerimos realizar um movimento de acolhimento entre pais, estudantes, funcionários e professores. É um momento ímpar para despertar na família o interesse em participar das ações da escola e, principalmente, da vida escolar dos seus filhos e buscar uma parceria em torno do mesmo objetivo: o sucesso de aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Assim, sugerimos que este primeiro dia seja amplamente divulgado à comunidade escolar em seus objetivos, pauta, local e horários de início e término, tendo como proposta:

- Acolhimento da Equipe e de todos os estudantes e responsáveis;
- Apresentação dos Funcionários e Professores
- Atividades de mobilização para participação na construção/consolidação do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar;
- Apresentação de itens do Regimento Escolar;
- Apresentação da Semana de Acolhimento/Adaptação e seus objetivos;
- Projetos da Escola;
- Apresentação/Atualização do Conselho Escolar e APM;
- Calendário Escolar e periodicidade dos encontros com as famílias;
- Apresentação dos Professores e organização das turmas;
- Apresentação dos espaços da escola e salas de aula de cada turma.

3.4 Período Inicial de Acolhimento/Adaptação

Considerando o ingresso escolar da criança, apresentam-se experiências e descobertas que podem gerar tanto novas amizades e oportunidades, como também desconforto e ansiedade diante do desconhecido, seja para a criança ou

para seus pais. Neste sentido, é necessário compreender os sentimentos que envolvem este novo momento e as adaptações decorrentes deste processo.

A adaptação, remete a um processo que inicia no nascimento e desdobra-se ao longo da vida, sempre que surge uma situação não vivenciada anteriormente. Sendo assim, o processo de adaptação escolar antecede a ação de ir à escola.

É necessário superar a ótica expressa ao longo da história da Educação infantil, que considerava o processo de adaptação como um período de tempo e espaço determinado pela sujeição, controle, imposição de normas sob a perspectiva da instituição. Strenzel (2000), afirma que:

[...] inserção, ingresso, acolhida, não é uma questão de adaptação no sentido de modulação, que considera a criança como um sujeito passivo que se submete, se acomoda, se enquadra a uma dada situação. É um momento fundamental e delicado que não pode ser considerado como simples aceitação de um ambiente desconhecido e de separação da mãe ou de uma figura familiar, ou de fazer a criança parar de chorar. (p. 3)

Este momento envolve interações entre os pares educativos (pais, crianças, professores e instituição) e, nas relações, mediações de todos os envolvidos num processo construtivo de socialização respeitosa e afetuosa. A adaptação deve ser um processo em que a criança tenha sua individualidade respeitada, com seus limites e a seu tempo. É necessário compreender que a adaptação e o acolhimento são processos inter-relacionados e interdependentes. Assim como o ato de educar está atrelado ao ato de cuidar, o processo de adaptação é indissociável do ato de acolher (ORTIZ, 2010).

A qualidade desta adaptação depende daqueles que estão envolvidos com o seu processo educativo: nesta relação entre adaptação e acolhimento, evidencia-se a preocupação com o outro. Nesta perspectiva, Maudonnet (2010) destaca a necessidade do ato de planejar situações que garantam o bem-estar da criança e um olhar e escuta sensível para todos aqueles que estão passando por este momento: crianças, famílias e educadores.

Outro aspecto a ser considerado é a aprendizagem que este período oportuniza para a criança pois, ao perceber que os seus sentimentos são valorizados pelo adulto, ela vai estabelecendo uma relação mais humanizada com os outros.

Por outro lado, quando seu choro é ignorado e seus sentimentos são negados, as relações desumanizadas passam a ser aprendidas (Maudonnet, 2010).

Sendo assim, este período de adaptação e acolhimento caracteriza-se como um permanente desafio que oportuniza diversas reflexões: como lidar com este momento de distanciamento da criança e a família? Quem é esta criança/sujeito? O que propor nos primeiros dias de atendimento, sobretudo às crianças pequenas? Como proceder com a sensação de insegurança e medo que muitas famílias e crianças sentem diante do distanciamento temporário? E as crianças que já frequentaram a instituição em anos anteriores, devem ter também um período diferenciado no início do ano?

Assim, a intencionalidade do planejamento e a organização dos espaços e tempos inserem-se numa concepção de educação que considera o desenvolvimento integral da criança.

O envolvimento das famílias neste período de acolhimento e adaptação nas instituições é também uma rica oportunidade da visibilidade do trabalho que será desenvolvido, transmitindo confiança e segurança às crianças e aos pais.

Para tanto, algumas ações da equipe escolar precisam ser garantidas:

Planejamento: é importante refletir sobre o período de acolhimento e organizá-lo, traçando um roteiro sobre como se dará a chegada das crianças nos primeiros dias, considerando a cultura da infância, bem como tempos, espaços, materiais e atribuições de cada profissional da instituição, planejando atividades que sejam adequadas para este período;

Envolvimento de todos os funcionários da instituição: cada profissional, dentro de suas atribuições, é corresponsável pelo processo de acolhimento das crianças. É fundamental que as situações com as quais terão de lidar sejam antecipadas ao grupo, possibilitando à equipe escolar a compreensão sobre a importância de suas ações para qualificar a chegada e permanência da criança na instituição;

Envolvimento das famílias: ao planejar este momento, é importante considerar a participação efetiva das famílias na instituição, tranquilizando as

crianças e participando com elas nas atividades propostas.

No início do ano letivo, é importante que a equipe escolar oportunize às famílias o diálogo para que possam conhecer os espaços, as propostas de trabalho da instituição e os profissionais, estreitando vínculo entre o educador, a instituição e a família. Este diálogo também poderá oportunizar à escola o conhecimento das características, preferências e outras demandas ou especificidades da criança, sendo que as informações sobre os cuidados especiais de saúde e alimentação deverão compor o seu prontuário, disponível aos envolvidos nestes cuidados.

Diante de tais considerações, a Secretaria da Educação sugere que a organização do período de acolhimento/adaptação das crianças e seu respectivo horário de atendimento possa ser flexibilizado pela instituição, de acordo com as necessidades de cada criança. Orienta-se que a criança seja atendida, mesmo diante do não acompanhamento familiar durante o período de acolhimento/adaptação; considerando, o diálogo entre família e instituição, enfatizando a importância e necessidade da adaptação.

Segue abaixo, sugestão para o período de adaptação, sendo que poderá ser alterado, a fim de atender as necessidades individuais das crianças que precisarem, adaptando-se à rotina de alimentação e ao ambiente educacional.

Instituição de Educação Infantil –Creche	
Data	Carga horária sugerida
05 a 16/02	3h
19 a 23/02	5h
A partir de 26/02	Horário normal
Instituição de Educação Infantil –Pré-escola	
Data	Carga horária sugerida
05 a 07/02	2h
A partir de 08/02	Horário normal
Instituição de Ensino Fundamental –1º ano	
Data	Carga horária sugerida
05 a 07/02	2h
A partir de 08/02	Horário normal

3.5 Reunião de equipe e Replanejamento – 30 e 31 de julho de 2018¹

Considerando que o replanejamento é fundamental para a reflexão e intervenções sobre as práticas pedagógicas, é imprescindível que as instituições escolares analisem e avaliem os processos desenvolvidos ao longo do 1º semestre de 2018, observando o quão inclusivas e eficientes têm sido as práticas pedagógicas, a adequação do ambiente escolar e a qualidade das relações sociais vivenciadas neste espaço.

Cabe aos profissionais da educação envolvidos nesta atividade, refletirem e analisarem se as estratégias até então utilizadas têm contemplado a integralidade dos sujeitos em seus processos de desenvolvimento, se as ações foram relevantes e se houve avanços nos processos de ensino e aprendizagem.

Ao avaliar os processos desenvolvidos ao longo do 1º semestre, a escola poderá propor ações de continuidade para o 2º semestre, realizando as alterações necessárias.

Segue sugestão para a pauta:

- Rever o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e retomar os objetivos que a escola se propõe a atingir;
- Rever a documentação pedagógica da escola, analisando e acompanhando o desenvolvimento da aprendizagem para proposições e ajustes necessários neste processo;
- Analisar os indicadores educacionais referentes à instituição;
- Reorganizar, se necessário, os Planos de Ação entre os pares para o semestre que se inicia.

3.6 Reunião de Avaliação de Ensino e Aprendizagem – RAEA

As Reuniões de Avaliação de Ensino e Aprendizagem – RAEA's correspondem a quatro encontros instituídos em Calendário Escolar, direcionadas aos estudos, reflexões e análise do processo de ensino e aprendizagem, tendo por princípio o aprimoramento dos Planos de Ensino e as metodologias pedagógicas adotadas.

Sendo assim, as RAEA's dos meses de março, junho e agosto serão organizadas pela equipe escolar. A última RAEA, prevista para o mês de dezembro,

¹ Data a ser confirmada por meio da publicação do Calendário Escolar 2018.

será destinada à Avaliação Institucional.

Relação das RAEA's em 2018:

- **MARÇO**: de 12 a 16/03/2018
- **JUNHO**: de 04 a 08/06/2018
- **AGOSTO**: de 20 a 24/08/2018
- **DEZEMBRO**: 03/12/2018.

3.7 Reunião de Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento e da Aprendizagem na Educação Infantil

As Reuniões de Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento e da Aprendizagem na Educação Infantil constituem-se em espaço institucionalizado para estudos, reflexões, acompanhamento da documentação pedagógica e elaboração de ações coletivas. Assim, a Secretaria da Educação de Sorocaba orienta as seguintes ações:

- Estudo Sistemático das Concepções de Avaliação na Educação infantil.
- Análise coletiva de relatórios individuais e dos grupos;
- Análise coletiva de portfólios dos(as) professores(as) e portfólios das crianças;

As Reuniões de Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento e da Aprendizagem na Educação Infantil estão previstas em Calendário Escolar para os seguintes períodos:

- **MAIO**: de 14 a 18/05/2018;
- **SETEMBRO**: de 18 a 21/09/2018.

3.8 Reunião de Conselho de Classe/Ano/Termo

O processo coletivo de avaliação é qualitativamente superior ao individual (DALBEN, 2004, p. 45).

Conforme conceitos expressos no Caderno de Orientações SEDU/DAGP nº 01, a SEDU adota a Avaliação Formativa, em sua função inclusiva e potencializadora das aprendizagens de todos os estudantes.

Avaliar de maneira formativa é considerar que os sujeitos são, ao mesmo tempo, avaliadores e avaliados. A diferença não está no instrumento ou

procedimento, assevera Hadji Apud Lima (2012). O que faz ser formativa a avaliação é a intenção de incluir o estudante, a fim de que se evite a exclusão no processo e do processo; causando repetências, evasões e danos para a autoestima do estudante.

A avaliação formativa informa ao estudante, ao professor e aos gestores sobre o alcance dos domínios dos objetivos e conteúdos programados; indica e identifica quem é o estudante e quais são as suas fragilidades e potencialidades, visando contribuir com intervenções que ajudem a superar os desafios; permite flexibilidade no planejamento e planos de aula, adaptando-os à realidade encontrada; possibilita tomada de decisão de natureza pedagógica e metodológica; ocorre durante todo processo de ensino e aprendizagem, com a utilização de um ou de vários métodos avaliativos, especialmente no momento em que o estudante está desenvolvendo as atividades; visa à ajuda imediata, em tempo presente e aplica-se a todos que se encontram em processo formativo, pois, “aprendizagem e avaliação andam de mãos dadas – a avaliação sempre ajudando a aprendizagem” (VILLAS BOAS, 2010: 29).

Neste contexto, o Conselho de Classe, como instância reveladora das concepções políticas e pedagógicas de avaliação e de ensino e aprendizagem, deve se consolidar como um espaço de mudança e revisão das práticas; condição necessária para que os diversos fatores relacionados ao processo de ensino e aprendizagem sejam desvelados, pois a interseção destes fatores é a determinação do ponto de partida para novas ações.

As datas previstas para realização do Conselho de Classe/Ano/Termo, para 2018 são:

- **MAIO:** 07 a 11/05/2018;
- **JULHO:** 10 a 13/07/2018;
- **OUTUBRO:** 01 a 05/10/2018;
- **DEZEMBRO:** 10/12/2018;

12/12/18: Divulgação dos Resultados Finais;

12 a 18/12/2018: Reconsideração e Recursos.

Orientações pontuais sobre a organização e documentação do Conselho de Classe/Ano/Termo, vide Caderno de Orientações da SEDU nº 1.

Referências:

AÇÃO EDUCATIVA et al. (Coord.). **Indicadores de qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2013. 4.ed.

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Tradução João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n19/n19a03.pdf>> Acesso em: 06 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1990.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação com vigência por dez anos, 2014**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de ações Articuladas (PAR)**: instrumento de campo. Brasília. MEC, Secretaria Executiva, s/d.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 7/2010, de 4 de abril de 2010. **Diretrizes**

Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010.
BRASIL. Portaria n. 931, de março de 2005. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.** Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Secretária de Educação Básica. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1, 2 e 3 anos) do Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/SEB, 2012.

COROACY, Joana. **O planejamento como processo.** In Revista Educação, Ano I, nº4. Brasília, 1972.

DALBEN, Ângela I. Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na Gestão Escolar.** Campinas: Papyrus, 2004.

ESTEBÁN, M. T. **Avaliação:** momento de discussão da prática pedagógica. In: GARCIA, R. L. (org.). Alfabetização dos estudantes das classes populares. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Edição de João Barreto. Porto: Afrontamento, 1972.

FREITAS, L. C. [et. Al.]. **Avaliação Educacional:** caminhando pela contramão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FUSARI, José Cerchi. **A Educação do Educador em Serviço:** o Treinamento de Professores em Questão. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1988.

LIMA, Erisevelton Silva. **O Diretor e as avaliações praticadas na escola.** Brasília-DF: Kiron, 2012.

MAUDONNET, J. **Adaptação acolhedora**. 2010. Disponível em: <<http://pedagogia-comainfancia.blogspot.com/2010/05/adaptacao-x-acolhimento-ouadaptacao.html>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

ORTIZ, Gisele. **Adaptação e Acolhimento**: Um cuidado inerente ao projeto educativo da instituição e um indicador de qualidade do serviço prestado pela instituição. 2000. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestoescolar/acolhidacisele-ortiz.pdf> > Acesso em: 05 de out. de 2016.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e Competência**. São Paulo: Cortez, 1999.

STRENZEL, Giandréa R. **A Educação Infantil na Produção dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil**: Indicações Pedagógicas para a Educação da Criança de 0 a 3 anos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

SOROCABA, Secretaria de Educação de Sorocaba. Caderno de Orientações SEDU n.01. **Diretrizes do Conselho de Classe/ Ano/ Série/ Termo da rede Municipal de Sorocaba**, 2014.

SOROCABA, Secretaria de Educação de Sorocaba. Caderno de Orientações SEDU n.05. **Diretrizes para construção do Projeto Político pedagógico nas instituições Educacionais de Sorocaba**, 2015.

SOROCABA, Secretaria de Educação de Sorocaba. Caderno de Orientações SEDU n.06. **Orientações para o planejamento 2016**, 2015.

SOROCABA. Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015, **que aprova o plano Municipal de educação do Município de Sorocaba**, 2015.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de F. (org.) **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 2ªed. Campinas: Papirus, 2009.

_____. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico.** Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 8ª ed. Campinas: Papyrus, 2010.

_____. **Avaliação formativa:** práticas inovadoras. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas: Papyrus, 2011.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa:** Como Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXO 1

Mobilização da Rede Municipal Pela Alfabetização na Idade Certa

O Brasil encontra-se no auge de uma urgência histórica para a concretização da sua tarefa de educar com qualidade social todos os seus cidadãos. Entre os desafios para a educação brasileira, está a garantia da plena alfabetização de nossas crianças.

A criança tem o direito de aprender a ler e a escrever, em vivências com a mediação do (a) professor (a) e em situações autônomas, para que possa construir as habilidades de leitura e escrita previstas para o Ciclo de Alfabetização.

Os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 2016², Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) indicam que 9,94% dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental do Município de Sorocaba encontram-se no nível Elementar de leitura para o respectivo ano, 24,94% no nível Básico, 42,77% no nível Adequado e 22,35% no nível Desejável. Destes estudantes 12,87% encontram-se no nível de escrita Elementar, 72,82% no nível Adequado e 14,31% no nível Desejável para o ciclo.

Considerando a meta 5 do Plano Nacional da Educação, Lei nº 13.005/2014 e do Plano Municipal da Educação, Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015, determina a necessidade de “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental”.

A Educação Básica empreende seu trabalho político-pedagógico em busca de garantir o direito à alfabetização de crianças dos seis aos oito anos de idade. Para isto, é necessário proporcionar-lhes vivências e experiências de oralidade, leitura e escrita que envolvam seu mundo físico, social, cultural. É necessário que os estudantes possam compreender e produzir textos orais e escritos variados e de qualidade, de diferentes gêneros textuais, com diversas finalidades, com vistas à sua participação autônoma em variadas esferas de interação social. Portanto, é imprescindível assegurar a consolidação dos Direitos de Aprendizagem da criança, relacionados à Língua Portuguesa:

²Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

I. Falar, ouvir, ler e escrever textos, em diversas situações de uso da língua portuguesa, que atendam a diferentes finalidades, que tratem de variados temas e que sejam compostos por formas relacionadas aos propósitos em questão.

II. Falar, ouvir, ler e escrever textos que propiciem a reflexão sobre valores e comportamentos sociais, participando de situações de combate aos preconceitos e atitudes discriminatórias: preconceito de raça, de gênero, preconceito a grupos sexuais, a povos indígenas, preconceito linguístico, dentre outros.

III. Apreciar e compreender textos falados e escritos do universo literário, como contos, fábulas, poemas, dentre outros.

IV. Apreciar e usar, em diversas situações, os gêneros literários do patrimônio cultural da infância, como parlendas, cantigas, trava línguas, dentre outros.

V. Falar, ouvir, ler e escrever textos relativos à divulgação do saber escolar/científico, como verbetes de enciclopédia, verbetes de dicionário, resumos, dentre outros, e textos destinados à organização do cotidiano escolar e não escolar, como agendas, cronogramas, calendários, dentre outros.

VI. Participar de situações de fala, escuta, leitura e escrita de textos destinados à reflexão e discussão acerca de temas sociais importantes, por meio de reportagens, artigos de opinião, cartas de leitores, dentre outros.

LEITURA — SAEB/ANA 2016 – DESCRIÇÃO DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA		
Nível	Descrição do Nível	
1	ELEMENTAR	INSUFICIENTE
2	BÁSICO	
3	ADEQUADO	SUFICIENTE
4	DESEJÁVEL	

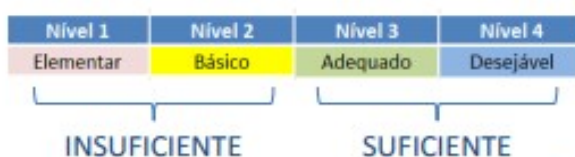
Nível 1 (Elementar): Ler palavras dissílabas, trissílabas e polissílabas com estruturas silábicas canônicas, com base em imagem. Ler palavras dissílabas, trissílabas e polissílabas com estruturas silábicas não canônicas, com base em imagem.

Nível 2 (Básico): Identificar a finalidade de textos como convite, cartaz, texto instrucional (receita) e bilhete. Localizar informação explícita em textos curtos (com até cinco linhas) em gêneros como piada, parlenda, poema, tirinha (história em quadrinhos em até três quadros), texto informativo e texto narrativo. Identificar o assunto de textos, cujo assunto pode ser identificado no título ou na primeira linha em gêneros como poema e texto informativo. Inferir o assunto de um cartaz apresentado em sua forma estável, com letras grandes e mensagem curta e articulação da linguagem verbal e não verbal.

Nível 3 (Adequado): Inferir o assunto de texto de divulgação científica para crianças. Localizar informação explícita, situada no meio ou final do texto, em gêneros como lenda e cantiga folclórica. Identificar o referente de um pronome pessoal do caso reto em gêneros como tirinha e poema narrativo. Inferir relação de causa e consequência em gêneros como tirinha, anedota, fábula e texto de literatura infantil. Inferir sentido com base em elementos verbais e não verbais em tirinha. Reconhecer significado de expressão de linguagem figurada em gêneros como poema narrativo, texto de literatura infantil e tirinha.

Nível 4 (Desejável): Inferir sentido de palavra em texto verbal. Reconhecer os participantes de um diálogo em uma entrevista ficcional. Inferir sentido em texto verbal. Reconhecer relação de tempo em texto verbal. Identificar o referente de pronome possessivo em poema.

*Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)



ESCRITA — SAEB/ANA 2016 – DESCRIÇÃO DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA

NÍVEL	Descrição do Níveis	
NÍVEL 1 ELEMENTAR	INSUFICIENTE	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente não escrevem as palavras ou estabelecem algumas correspondências entre as letras grafadas e a pauta sonora, porém ainda não escrevem palavras alfabeticamente. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.
NÍVEL 2 ELEMENTAR		Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem alfabeticamente palavras com trocas ou omissão de letras, alterações na ordem das letras e outros desvios ortográficos. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.
NÍVEL 3 ELEMENTAR		Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente* palavras com estrutura silábica consoante-vogal, apresentando alguns desvios ortográficos em palavras com estruturas silábicas mais complexas. Em relação à produção de textos, provavelmente escrevem de forma incipiente ou inadequada ao que foi proposto ou produzem fragmentos sem conectivos e/ou recursos de substituição lexical e/ou pontuação para estabelecer articulações entre partes do texto. Apresentam ainda grande quantidade de desvios ortográficos e de segmentação ao longo do texto.

<p>NÍVEL 4 ADEQUADO</p>	<p>SUFICIENTE</p>	<p>Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente* palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, embora possam não contemplar todos os elementos da narrativa e/ou partes da história a ser contada. Articulam as partes do texto com a utilização de conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores, mas ainda cometem desvios que comprometem parcialmente o sentido da narrativa, inclusive por não utilizar a pontuação ou utilizar os sinais de modo inadequado. Além disso, o texto pode apresentar alguns desvios ortográficos e de segmentação que não comprometem a compreensão.</p>
<p>NÍVEL 5 DESEJÁVEL</p>		<p>Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente* palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, evidenciando uma situação central e final. Articulam as partes do texto com conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores textuais. Segmentam e escrevem as palavras corretamente, embora o texto possa apresentar alguns desvios ortográficos e de pontuação que não comprometem a compreensão.</p>

*Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)



Destaca-se que os estudantes possuem enquanto Direitos de Aprendizagem, na área de Matemática:

- I. Utilizar caminhos próprios na construção do conhecimento matemático, como ciência e cultura construídas pelo homem, através dos tempos, em resposta a necessidades concretas e a desafios próprios desta construção.***
- II. Reconhecer regularidades em diversas situações, de diversas naturezas, compará-las e estabelecer relações entre elas e as regularidades já conhecidas.***
- III. Perceber a importância da utilização de uma linguagem simbólica universal na representação e modelagem de situações matemáticas como forma de comunicação.***
- IV. Desenvolver o espírito investigativo, crítico e criativo, no contexto de situações-problema, produzindo registros próprios e buscando diferentes estratégias de solução.***
- V. Fazer uso do cálculo mental, exato, aproximado e de estimativas. Utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação potencializando sua aplicação em diferentes situações.***

Os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 2016³, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep),

³Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

indicam que 34,84% dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental do Município de Sorocaba encontram-se no nível Elementar para o ciclo em Matemática, 20,58% no nível Adequado e 44,58% no nível Desejável.

MATEMÁTICA – SAEB/ANA 2016 – DESCRIÇÃO DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA		
Nível	Descrição do Nível	
1	ELEMENTAR	Reconhecer representação de figura geométrica plana ou espacial em objetos de uso cotidiano; maior frequência em gráfico de colunas; planificação de figura geométrica espacial (paralelepípedo); horas e minutos em relógio digital. Associar objeto de uso cotidiano à representação de figura geométrica espacial; Contar objetos dispostos em forma organizada ou não; Comparar medidas de comprimento em objetos do cotidiano.
2	ELEMENTAR	INSUFICIENTE Reconhecer nomenclatura de figura geométrica plana; valor monetário de cédula; figura geométrica plana em uma composição com várias outras. Associar a escrita por extenso de números naturais com até três algarismos à sua representação simbólica; valor monetário de uma cédula a um agrupamento de moedas e cédulas; Completar sequência numérica crescente de números naturais não consecutivos. Comparar números naturais com até três algarismos não ordenados. Estimar uma medida entre dois números naturais com dois algarismos; Resolver problema de adição sem reagrupamento.
3	ADEQUADO	
		SUFICIENTE Reconhecer frequências iguais em gráfico de colunas; composição de números naturais com até três algarismos, apresentada por extenso. Completar sequência numérica decrescente de números naturais não consecutivos. Calcular adição de duas parcelas com reagrupamento. Associar valor monetário de um conjunto de moedas ao valor de uma cédula; a representação simbólica de números naturais com até três algarismos à sua escrita por extenso. Resolver problema de subtração, com números naturais de até dois algarismos, com ideia de comparar e retirar e problema de divisão com ideia de repartir.
4	DESEJÁVEL	

*Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)



A partir destas considerações, a Rede Municipal propõe a Mobilização pela Alfabetização na Idade Certa, que constitui-se por diferentes ações e movimentos, dentre eles:

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

A Secretaria Municipal da Educação aderiu ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), com o intuito de contribuir para o enriquecimento da prática pedagógica dos professores, que atuam no Pré I e Pré II da Educação Infantil, nos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental e orientadores pedagógicos da Rede Municipal, potencializando ações de alfabetização na idade certa, consolidando competências e habilidades de leitura, escrita e matemática

dos estudantes.

PNAIC - Educação Infantil

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, definem a criança como “sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009) seres que, em suas ações e interações com os outros e com o mundo físico, constroem e se apropriam de conhecimentos.

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas desta etapa da Educação Básica são as interações e as brincadeiras, experiências por meio das quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e brincadeiras entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, o PNAIC – Educação Infantil, explora os seis direitos de aprendizagem: **conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.**

Adesão ao Ler e Escrever

O Ler e Escrever é constituído por materiais pedagógicos para os estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de promover a plena alfabetização e subsidiar as práticas docentes em Língua Portuguesa.

Adesão à Educação Matemática nos Anos Iniciais (EMAI)

O EMAI é constituído por materiais pedagógicos para os estudantes do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. A proposta apresentada pelo material concebe a

Matemática como parte do patrimônio cultural da humanidade e um modo de pensar, sendo a sua apropriação, um direito de todos.

Anexo 2

Formação dos Profissionais da Educação

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) determina aos profissionais da educação uma sólida formação básica, que permita apropriação de conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho, estágios supervisionados e capacitação em serviço com a associação entre teorias e práticas, além do aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades;

A Secretaria da Educação do município de Sorocaba organizará os processos formativos dos profissionais da educação a partir de:

- Formação em rede;
- Formação em contexto;
- Formação de "livre escolha".

Formação em Rede

A formação em rede apresenta propostas formativas que consideram os projetos instituídos pela Secretaria da Educação, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal. São formações que visam ao aprimoramento profissional e a socialização de conhecimentos e concepções que possibilitem a reflexão e intervenções sobre o processo de ensino e aprendizagem.

A Secretaria Municipal da Educação aderiu ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), com o intuito de contribuir para o enriquecimento da prática pedagógica dos professores, que atuam no Pré I e Pré II da Educação Infantil, nos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental e orientadores pedagógicos da Rede Municipal, potencializando ações de alfabetização na idade certa e consolidando competências e habilidades de leitura, escrita e matemática dos estudantes.

Formação em Contexto

A formação em contexto considera a escola como instituição que aprende, em diversos tempos e espaços; possibilita a reflexão sobre a prática educativa,

partindo do fazer pedagógico diário. Dentre estes momentos de estudo e reflexão, destacam-se as Horas de Trabalho Pedagógico (HTPs), as Reuniões de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem (RAEA), as Reuniões do Conselho de Classe/Ano para o Ensino Fundamental e as Reuniões de Avaliação e Monitoramento da Educação Infantil, previstas e organizadas de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada instituição escolar.

Formação de “Livre Escolha”

A formação de “livre escolha” tem como finalidade a oferta da formação continuada aos profissionais da educação da rede municipal de ensino, nas diversas áreas do conhecimento e em gestão pública e pedagógica. Possui como eixo central a formação articulada ao desenvolvimento profissional, ao cotidiano escolar e às práticas educativas, em parceria com as instituições de ensino superior, Programas e Projetos da Secretaria da Educação e demais secretarias, nas modalidades presencial e à distância. A estratégia organizativa consolida-se na criação de espaços de discussão, pesquisa e inovação, tendo como premissa os profissionais como sujeitos de sua formação, reafirmando a interface cultura/sociedade.

A Secretaria Municipal da Educação, considerando a necessidade de regulamentar a oferta de cursos de Formação Continuada, oferecidos na Modalidade “**Livre Escolha**” e o Decreto nº 22119, de 28 de dezembro de 2015, expede as seguintes orientações:

Da divulgação

1. Os cursos, bem como as condições para a participação, serão divulgados pela Secretaria da Educação, por meio do Catálogo de Cursos e por meio do site da Prefeitura Municipal: www.educacao.sorocaba.sp.gov.br;

2. É de responsabilidade do diretor ou, na sua ausência, de outros integrantes da equipe gestora da Instituição Educacional a divulgação dos comunicados sobre os cursos e a ciência aos profissionais de sua Instituição.

Da inscrição

1. As inscrições para os cursos deverão ser realizadas em formulário próprio, no endereço eletrônico disponibilizado em cada comunicado expedido pela Secretaria da Educação;

2. As vagas serão preenchidas, atendendo ao público-alvo, a ordem de inscrição e respeitando o limite de vagas de cada curso;

3. O formulário para inscrição será bloqueado após a data-limite divulgada. A lista com os contemplados será informada por meio de comunicado divulgado às instituições educacionais e no site da Secretaria da Educação.

Do cancelamento /desistência

1. O servidor que necessitar cancelar sua inscrição, deverá fazê-lo, encaminhando a justificativa para o e-mail datp@sorocaba.sp.gov.br, com até 48 horas antes do início do curso. O não atendimento a esta orientação poderá acarretar o indeferimento em inscrições posteriores.

Da frequência e certificação

1. É imprescindível a presença no primeiro encontro do curso. A ausência poderá caracterizar a desistência;

2. O servidor, no primeiro dia do curso, deverá conferir seus dados na lista de presença para emissão do certificado;

3. Os horários de entrada e saída deverão ser rigorosamente respeitados;

4. A entrega das tarefas solicitadas pelos formadores é requisito básico para certificação, quando o curso possuir horas destinadas ao estudo e à pesquisa;

5. Os certificados serão emitidos com a carga horária específica de cada curso e mediante a comprovação de frequência de 80% (oitenta por cento) de presença;

6. Os certificados serão emitidos pela Escola de Gestão Pública (EGP);

7. Casos omissos a estas orientações serão analisados e avaliados pela Secretaria da Educação.

ANEXO 3

Orientações da Recuperação Paralela

Em consonância com o artigo 24, inciso V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, que determina o direito à Recuperação, dispondo: *“obrigatoriedade de estudos de recuperação de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”*, a Recuperação Paralela é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, tem como princípios básicos: o respeito à diversidade dos ritmos de aprendizagem e características dos estudantes; o compromisso da escola em atender esta pluralidade e o compromisso em proporcionar oportunidades diversificadas que assegurem, efetivamente, aos estudantes, condições favoráveis à superação das dificuldades encontradas em seu percurso escolar.

É importante ressaltar que a Recuperação Paralela é uma das estratégias que a escola possui para apoiar os estudantes que apresentam baixo rendimento e necessitam superar as dificuldades de aprendizagem. Cabe à escola, oferecer oportunidades com vistas a atender a diversidade de características e ritmos.

Considerações terminológicas

São vários os termos e processos adotados para se referir ao apoio pedagógico escolar oferecido a todos os estudantes e que consideram o atendimento aos diferentes ritmos e necessidades de aprendizagem.

- a) **Recuperação Contínua:** aquela que ocorre nas aulas regulares, por meio do acompanhamento constante da aprendizagem/diagnóstico e de intervenções pedagógicas diversificadas, assim como preconiza a LDB nas incumbências aos docentes: “zelar pela aprendizagem e estabelecer estratégias de recuperação para os estudantes com menor rendimento”, artigo 13, inciso III.
- b) **Recuperação Paralela:** aquela que ocorre paralelamente ao período letivo, em pequenos grupos de estudantes com aproveitamento escolar insuficiente em relação às competências e habilidades do ano em que frequentam, organizados por meio de diagnóstico, indicações e análise da equipe escolar, do Conselho de Classe Ano/Termo, dos critérios estabelecidos no

Plano de Trabalho da Recuperação Paralela, Projeto Político Pedagógico e Regimento da Instituição Escolar.

Os documentos que registram tanto a Recuperação contínua quanto a Recuperação Paralela deverão ser definidos pela equipe pedagógica da Instituição Educacional e utilizados nas análises realizadas pelo Conselho de Classe/Ano/Termo.

As aulas de recuperação paralela seguirão a seguinte organização:

Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

- a) Aos estudantes matriculados, dos 2^{os} aos 5^{os} anos;
- b) 03 (três) horas/aulas semanais, sendo realizadas no contraturno, para os estudantes que demonstram domínio insuficiente dos conteúdos, das competências e habilidades desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram, com enfoque na aquisição e aprofundamento da *Leitura, da Escrita e da Matemática*.
- c) As atividades propostas aos estudantes, na Recuperação Paralela, traduzem-se em oportunidades relevantes por se tratarem de estratégias pedagógicas diversificadas, que têm como objetivo o resgate do “caminho da aprendizagem” de cada estudante e por partir do pressuposto de como a aprendizagem ocorre no processo do desenvolvimento do ser humano.
- d) Estas aulas terão início no dia 05 de março de 2018.

Para os Anos Finais do Ensino Fundamental:

- a) Para os estudantes dos 6^{os} ao 9^{os} anos do Ensino Fundamental;
- b) 03 (três) horas/aulas semanais, sendo realizadas no contraturno, para os estudantes que demonstram domínio insuficiente dos conteúdos, das competências e habilidades desejáveis para o ano escolar em que se encontram, com enfoque na aquisição e aprofundamento da *Leitura, da Escrita e da Matemática*.

As atividades propostas aos estudantes, na Recuperação Paralela, traduzem-se em oportunidades altamente relevantes por se tratarem de estratégias pedagógicas diversificadas, que têm como objetivo o resgate do “caminho da aprendizagem” de cada estudante e por partir do pressuposto de como a aprendizagem ocorre no processo do desenvolvimento do ser

humano.

c) Estas aulas terão início a partir do dia 05 de março de 2018.

Critérios de atendimento e acompanhamento

Desenvolvimento	Correspondência	Intervenção
Insuficiente	(Elementar) Os estudantes neste nível demonstram desenvolvimento elementar em relação aos conteúdos, competências e habilidades desejáveis para o ano escolar em que se encontram.	Recuperação Paralela + Recuperação Contínua em Sala
	(Básico) Os estudantes neste nível demonstram domínio insuficiente dos conteúdos, competências e habilidades desejáveis para o ano escolar em que se encontram.	Recuperação Contínua em Sala

* Tabela elaborada pelo Grupo de Ações Articuladas (GAAR) da Recuperação Paralela.

A turma de estudantes indicados a participarem da Recuperação Paralela será constituída a partir de análises do Conselho de Classe Ano/Termo e/ou do professor da sala de aula regular, com base nos instrumentos de avaliação, registros e sondagens da aprendizagem. A equipe pedagógica deve observar cuidadosamente o número de estudantes indicados para a Recuperação Paralela considerando que, quando este for superior a 10% do total de estudantes da escola, pode ser um indicador que revele a necessidade de se rever ou aprimorar os caminhos e práticas que compõem a proposta pedagógica da escola.

[...] grande parte do mau desempenho dos estudantes, agravado pelos problemas da reprovação e da preparação insatisfatória, prévia e em serviço, dos professores, é devido à insuficiência de diálogos e metodologia de trabalhos diversificados na sala de aula, que permitam a expressão de níveis diferenciados de compreensão, de conhecimentos e de valores (Parecer CNE/CEB N°04/98).

Ao considerar que a Recuperação Paralela apresenta-se como um período em que a escola proporciona oportunidades diversificadas para avanço das aprendizagens dos estudantes, é fundamental que ocorra acompanhamento, por parte da equipe pedagógica (professores da turma, professor da Recuperação Paralela e gestores da escola), para reavaliar a necessidade de sua permanência ou redefinir as intervenções pedagógicas para otimização das aprendizagens.

A Secretaria da Educação recomenda que a composição das turmas de Recuperação Paralela sejam de **até quinze estudantes**.

Para a qualidade do processo da recuperação paralela, as equipes escolares devem elaborar, conjuntamente, Plano de Trabalho, cujas ações, estratégias, metodologias e conteúdos a serem trabalhados e desenvolvidos, atendam as necessidades dos grupos de estudantes encaminhados para tal processo.

As ações planejadas para a Recuperação Paralela devem oportunizar aos estudantes e aos seus familiares a conquista da autoestima e da autoconfiança relacionadas ao processo de aprendizagem.

Com o objetivo de contribuir com a organização das turmas de Recuperação Paralela, recomendamos as seguintes categorias:

Língua Portuguesa (anos iniciais do Ensino Fundamental)

Recuperação Paralela I - Preferencialmente, estudantes do 2º ao 3º ano, em processo de alfabetização, hipóteses pré-silábico até silábico-alfabético.

Recuperação Paralela II - Preferencialmente, estudantes do 2º ao 3º ano, que estão na hipótese alfabética (somente em palavras), mas que apresentam dificuldades específicas no desenvolvimento da consciência fonológica, pauta sonora e que, ao produzir um texto de memória, muitas vezes são silábicos ou silábico-alfabéticos, ou pulam sílabas ao escrever, que precisam da tradução do professor para entendimento.

Recuperação Paralela III - Preferencialmente, estudantes do 4º ao 5º ano, que são alfabéticos, porém apresentam dificuldades na produção textual (coerência, coesão, paragrafação, ortografia, interpretação...)

Língua Portuguesa (anos finais do Ensino Fundamental)

Recuperação Paralela I - Preferencialmente, estudantes do 6º ao 7º ano, que são alfabetizados, porém apresentam dificuldades na produção textual (consciência fonológica, pauta sonora e que, ao produzir um texto de memória, muitas vezes são silábicos ou silábicos-alfabéticos, ou pulam sílabas ao escrever e que precisam da tradução do professor para entendimento, coerência, coesão, paragrafação, ortografia, interpretação...)

Recuperação Paralela II - Preferencialmente, estudantes do 6º ao 7º ano que são alfabetizados, porém apresentam dificuldades na produção textual:

- Tema – Desenvolver o texto, de acordo com as determinações temáticas e situacionais da proposta de redação.

- Gênero – Mobilizar, no texto em produção, os conhecimentos relativos aos elementos organizacionais do gênero.

- Coesão/Coerência – Organizar o texto de forma lógica e produtiva, demonstrando conhecimento dos mecanismos linguísticos e textuais necessários para sua construção.

- Registro – Aplicar as convenções e normas do sistema de escrita.

Recuperação Paralela III – Preferencialmente, estudantes do 8º ao 9º ano, que são alfabetizados, porém apresentam dificuldades na produção textual:

- Tema – Desenvolver o texto, de acordo com as determinações temáticas e situacionais da proposta de redação.

- Gênero – Mobilizar, no texto em produção, os conhecimentos relativos aos elementos organizacionais do gênero.

- Coesão/Coerência – Organizar o texto de forma lógica e produtiva, demonstrando conhecimento dos mecanismos linguísticos e textuais necessários para sua construção.

- Registro – Aplicar as convenções e normas do sistema de escrita.

Matemática (anos iniciais do Ensino Fundamental)

Recuperação Paralela I – Preferencialmente, estudantes do 2º ao 3º ano, em processo de alfabetização matemática (Sistema de Numeração Decimal).

Recuperação Paralela II – Preferencialmente, estudantes do 2º ao 3º ano, com dificuldades no processo de resolução de situações – problema.

Recuperação Paralela III – estudantes do 4º ao 5º ano, com dificuldades no processo de resolução de situações – problema.

Matemática (anos finais do Ensino Fundamental)

Recuperação Paralela I – estudantes do 6º ao 7º ano, com dificuldades no processo de resolução de situações – problema.

Recuperação Paralela II – estudantes do 8º ao 9º ano, com dificuldades no processo de resolução de situações – problema.

Demais orientações

a) No dia **19 de fevereiro de 2018**, os professores que assumiram carga suplementar da Recuperação Paralela iniciarão suas atividades para:

I. Apoiar a Orientação Pedagógica na constituição das turmas;

- II. Analisar as Atas de Conselho de Classe Ano/Série/Termo de 2017 para identificação das dificuldades de aprendizagem e registro no “Mapa de Acompanhamento do Desempenho do Estudante – Recuperação Paralela/2018”;
- III. Elaborar o Plano de Trabalho da Recuperação Paralela para a instituição, em conjunto com os demais professores e acompanhamento do Orientador Pedagógico;
- IV. Dialogar com os professores sobre as percepções da semana de diagnóstico/sondagem;
- V. Priorizar as demandas específicas de aprendizagem dos estudantes na Leitura, Escrita e na Matemática.
- VI. Organizar os registros de Recuperação referentes: a frequência dos estudantes e ao acompanhamento/ monitoramento da aprendizagem, junto ao Orientador(a) Pedagógico(a).
 - a) A formação mensal em rede ocorrerá sempre às primeiras quartas-feiras de cada mês, no período da Carga Suplementar assumida, devendo este dia da semana estar livre, ou seja, toda jornada semanal com HTP deverá ser organizada na escola entre os dias da semana: segunda, terça, quinta ou sexta-feira.
 - b) Em virtude de sua especificidade, as aulas da Recuperação Paralela não poderão acarretar substituição docente.

Plano de trabalho

- a) Considerar enquanto princípio norteador, para a construção do Plano de Trabalho da Recuperação Paralela, o disposto na LDB no **Art. 3º**:

“O ensino fundamental obrigatório terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores”;

- b) Os Eixos/Aspectos do desenvolvimento e aprendizagem a serem utilizados na Recuperação Paralela, tanto para o planejamento do professor, quanto

- para avaliação (contínua e formativa) do estudante, devem objetivar o resgate do desenvolvimento/aquisição de habilidades fundamentais e estruturantes das aprendizagens;
- c) As atividades planejadas, propostas e desenvolvidas pelos professores na Recuperação Paralela, precisam ter como premissa a necessidade de se desenvolver os conteúdos por meio de **diferentes estratégias**, para que o fazer pedagógico se apresente por meio de outros caminhos didáticos, viabilizando as possibilidades de desenvolvimento de cada estudante. Portanto, é fundamental que a equipe pedagógica use de criatividade, conhecimentos e posturas interventivas que atendam e atinjam os estudantes a partir das suas **potencialidades**;
- d) Orienta-se que as equipes pedagógicas realizem, no mês de fevereiro, assim que as turmas da Recuperação Paralela estejam organizadas, uma reunião com os pais dos estudantes envolvidos, com o propósito de esclarecer sobre a importância da participação e presença dos respectivos estudantes, nas aulas de Recuperação Paralela.

Acompanhamento dos resultados

- a) A avaliação deve ser vista como acompanhamento investigativo da aprendizagem, portanto, **contínua e formativa**, com base em critérios que viabilizem, sobretudo, melhorar o desempenho do estudante, servindo de instrumento de reflexão e aprimoramento para o trabalho do professor e não somente examinar o quanto o estudante sabe, em função da produção de um resultado;
- b) Utilizar como instrumento de observação, intervenção e registro, no processo da avaliação do desempenho do estudante, o “Mapa de Acompanhamento do Desempenho do Estudante – Recuperação Paralela/2018” que tem a função de subsidiar o olhar sobre o desempenho dos estudantes e para a intencionalidade dos planejamentos de ensino.
- c) A presença e ausência dos estudantes deverão ser registradas no diário de classe, bem como os conteúdos desenvolvidos em cada dia de aula da Recuperação Paralela.

ANEXO 4

Orientações do Projeto “Salas de Leitura: Novos Olhares”

A formação de leitores é um projeto da Escola e de sua comunidade portanto, também do coletivo de profissionais que ali desenvolvem seu trabalho pedagógico cotidianamente.

Estruturar espaços de leitura, seu acervo, funcionamento e organização dos projetos relacionados é ao mesmo tempo, um exercício de reflexão sobre as salas (ambiência) no sentido de transformá-las em espaços dinâmicos e integrados ao dia a dia da vida escolar.⁴

Nos últimos anos, a concepção de leitura vem sendo discutida por diversas correntes teóricas que concebem-na tanto como vertente pedagógica quanto linguística e social. Alguns estudos nacionais apontam para a concepção de leitura como atividade humana de interação social. Neste sentido, considera-se a leitura como meio e acesso aos bens culturais, à memória e à produção do conhecimento.

Sob as diferentes concepções que abarcam os sentidos e significados da leitura e de seu papel formador, salienta-se a otimização dos espaços e do papel de mediadores de leitura⁵ no fomento do trabalho com a literatura. Sobre os espaços, entende-se a maximização de ações que supõem adequações, planejamento e intencionalidade relacionada ao letramento literário⁶. Assim, tanto a disponibilização dos acervos, quanto as estratégias de mediação do professor podem potencializar a interatividade nos diversos espaços da escola (sala de aula, pátio, sala de informática, corredores, sala de leitura, biblioteca escolar etc.). Desta maneira, coadunam-se espaços e situações de aprendizagem, bem como aos propósitos diante das múltiplas possibilidades da leitura e ao incentivo à formação de leitores proficientes.

Assim, destacam-se os principais objetivos do Projeto **Salas de Leitura: Novos Olhares**, no que concerne ao estímulo às diversas leituras e criação

⁴ Entende-se por ambiência o espaço arquitetonicamente organizado e animado que constitui um meio físico, e ao mesmo tempo, meio estético ou psicológico, especialmente preparado para o exercício das atividades humanas.

⁵ O mediador destaca-se por sua intenção de contribuir na apropriação de significados, no processo de interação do leitor com o texto, nas experiências de aprendizagens, potencializando as capacidades dos atores sociais e despertando suas competências. A mediação da leitura coloca em evidência o papel do sujeito construtor do conhecimento. Conhecimento que se incorpore ao mundo intelectual e vivencial do leitor e que o ajude a compreender sua realidade humana e social, agindo e interferindo nela.

⁶ Letramento literário seria a condição pela qual os alunos e os homens, de modo geral, possam tornar-se apreciadores dos gêneros literários e, por meio deles, alçar ao domínio de outros gêneros com semelhante grau de laboriosa elaboração.

literária, a saber: (I) instigar no estudante o prazer e o hábito da leitura de obras literárias e a tomada de consciência desta prática como um hábito humanizador (II) recriar as leituras por meio de diferentes portadores textuais, atribuindo-lhes outros sentidos; (III) desenvolver a prática da escrita de textos poéticos e/ou em prosa; (IV) ampliar o repertório literário; (V) tornar os espaços destinados à leitura como atrativo na circulação do saber.

É preciso que as crianças e os adolescentes aproveitem a leitura, desejem ler e se apaixonem pela literatura a fim de estimular sua sensibilidade e levá-los a perceberem estas obras como portadoras de múltiplas referências culturais e afetivas.

Por fim, vale destacar as principais atribuições dos professores mediadores das Salas de Leitura:

- Atuar como mediadores das Salas de Leitura na escola;
- Elaborar o Plano de Trabalho da Sala de Leitura, com a equipe escolar, conforme o Projeto Político-Pedagógico da instituição;
- Desenvolver projetos, fomentando as vivências e o hábito leitor dos estudantes e da comunidade;
- Realizar as atividades do Projeto Sala de Leitura em parceria com a equipe gestora e professores da escola;
- Participar de ações formativas oferecidas pela Secretaria da Educação;
- Criar, em parceria com a equipe escolar, instrumentos de registro que possibilitem diagnóstico, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas na Sala de Leitura;
- Organizar e manter o espaço e o acervo da Sala de Leitura;
- Organizar, na escola, práticas e ambientes alternativos de leitura, associando a leitura a outras práticas culturais;
- Incentivar o conhecimento de escritores, ilustradores, tradutores, editores, coleções, gêneros literários e outras características textuais;
- Assegurar a circulação e o uso de todo o acervo como um bem comum;
- Realizar a divulgação do acervo para a comunidade escolar;
- Investigar e planejar diferentes estratégias/formas de leitura, de modo a promover a competência leitora dos estudantes.

ANEXO 5

Orientações do Projeto “Leitura na Primeira Infância”.

O aprendizado da leitura e da escrita e sua relação com a Educação Infantil destacou-se com a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, a reafirmação das creches e pré-escolas como primeiras etapas da Educação Básica e a homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

A leitura literária para a formação dos sujeitos, desde a primeira infância, remete ao papel central da linguagem na construção do pensamento infantil. Sabemos que é por meio da linguagem que a criança expressa sua maneira peculiar de interagir com o mundo e dele apropriar-se.

Considerando o papel fundamental da leitura na constituição do sujeito, bem como os eixos propostos pelo Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), a saber: democratização do acesso, fomento à leitura e formação de mediadores e valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico, o Projeto Leitura na Primeira Infância tem como objetivos fomentar as vivências e o hábito leitor por meio de projetos envolvendo os estudantes e a comunidade escolar. O Projeto viabiliza o encontro entre leitores, crianças e adultos e amplia as experiências poéticas, culturais e educativas de crianças, famílias e profissionais da educação do município.

O Projeto Leitura na Primeira Infância atende por meio de calendário previamente elaborado, com sessões de leitura dirigidas por professores mediadores, organizadas em três momentos: exploração livre do acervo, leitura em voz alta de um livro escolhido pelas mediadoras e leituras individuais ou em pequenos grupos a partir de escolhas das crianças, com duração média de 40 minutos.

É importante a participação do professor, acompanhando sua turma, oportunizando o seu contato com os livros e a leitura.

A Secretaria da Educação disponibilizará link para que as instituições educacionais indiquem o interesse em receber o Projeto.

ANEXO 6

Orientações da “Educação de Jovens e Adultos – EJA”

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei 9.394/96, é uma modalidade da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio, que usufrui de uma especificidade própria e, como tal, deve receber um tratamento consequente.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma ação que visa reparar uma dívida social para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela.

Desta forma podemos apontar alguns objetivos da EJA:

- Oportunizar estudo àqueles que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e Médio na idade própria;
- Acelerar estudos no Ensino Fundamental e Médio;
- Assegurar o acesso a graus elevados de letramento, fator condicionante para a conquista da Cidadania Plena;
- Possibilitar ao indivíduo inserções no mundo do trabalho e na vida social.

A Prefeitura de Sorocaba – Secretaria da Educação (SEDU), oferece Ensino fundamental do 1º ao 5º ano (Alfabetização) às pessoas que não tiveram escolarização completa ou nunca frequentaram a escola, a oportunidade de se alfabetizarem, por meio do Programa de Alfabetização “Alfa Vida”, criado como projeto experimental em 1989 e ampliado em 1990. Foi oficializado formalmente por meio da Lei Municipal 3953/92.

O Decreto Municipal 15933/2007 reorganizou o curso permitindo a abertura de quantas classes se fizerem necessárias para atender a demanda e estabelecendo a atribuição de aulas como carga suplementar para professores efetivos da rede, sendo que conta com regimento e proposta curriculares específicos. Apresenta dotação orçamentária garantida pelo FUNDEB, evidenciando uma perspectiva de continuidade e sustentabilidade.

Conforme o art. 64 do Regimento Escolar, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos oferecerá:

- Curso de alfabetização organizado em dois anos de duração, correspondendo o 1º termo aos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental e o 2º termo aos 4º e 5º anos, com carga horária diária composta de 03 (três) horas/aulas de 45 (quarenta e cinco) minutos cada e idade mínima para matrícula de 15 (quinze) anos completos.

Processo de Atribuição da Carga Suplementar de Trabalho para a EJA

- Ao final do ano letivo, as Instituições Educacionais que já atendem turmas da EJA deverão realizar a rematrícula dos estudantes frequentes;
- Durante o mês de janeiro, é importante que as Instituições Educacionais garantam e intensifiquem a divulgação junto à comunidade escolar para a inscrição de novos estudantes.
- Em fevereiro/2018, será enviado ofício às Instituições Educacionais com orientações e procedimentos, conforme seguem:

Entregar na Divisão de Educação Básica (DEB) os quadros com a demanda de estudantes e aguardar a confirmação sobre a possibilidade de criação de turma(s);

Atribuir carga suplementar de trabalho, após confirmação da SEDU, correspondente a 105 horas/aulas mensais, aos titulares de cargos inscritos na própria unidade. É importante observar o requisito (Pedagogia - habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental), limite máximo de aulas permitido por Lei e acúmulo de cargos;

Entregar no setor de protocolo da SEDU:

- a) Ofício (IMPRESSO F) informando os nomes dos professores que assumiram carga suplementar na própria instituição educacional, para atuar na EJA;
- b) Solicitação de atribuição (Impresso próprio), para as vagas remanescentes da atribuição na instituição educacional.

A SEDU/DATP agendará e divulgará data para atribuir carga suplementar em nível de rede, caso as aulas não tenham sido atribuídas na instituição educacional;

As orientações e cronograma do início das aulas e datas dos encontros formativos serão enviados posteriormente.

ANEXO 7

Orientações da “Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral”

A Secretaria da Educação de Sorocaba, visando uma educação integral e de qualidade social, compreendendo-a como direito de todos(as), e que ocorra de forma integrada (em todas as dimensões: cognitivo, social, afetivo, ético, lúdico, estético, físico e biológico), na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, promove a Educação em Tempo Integral, objetivando ampliar o tempo de vivência escolar e o desenvolvimento educacional.

Neste sentido, compreende a importância da escola como articuladora de ações, trabalhando com os diversos saberes, a socialização e a formação, devendo primar pela qualificação do trabalho educativo e a ressignificação dos espaços escolares.

O educador mobiliza os saberes no processo de ensino e aprendizagem, tendo a proposta pedagógica centrada no protagonismo do educando, considerando espaços para o brincar, para a convivência democrática e para a realização de atividades de assembleias e pesquisas, onde o estudante possa questionar, opinar, refletir, elaborar, sistematizar e formular hipóteses, num amplo exercício de cidadania.

Ao compreender os diferentes campos do conhecimento e as vivências dos estudantes, outras possibilidades de organização didático-pedagógicas precisam ser consideradas, numa abordagem que leva em conta os tempos e espaços da construção deste conhecimento, a destacar: sequências didáticas, atividades permanentes, situações independentes e projetos. (detalhados no Caderno de Orientações SEDU/GS nº 03 – Diretrizes Pedagógicas para Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral).

Na Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral, as áreas do conhecimento são desenvolvidas em consonância com a parte diversificada (Eixos Estruturantes e suas situações de ensino e aprendizagem, dentre elas, Grupo de Estudos e Assembleia).

A Recuperação Paralela ocorrerá simultaneamente ao Grupo de Estudos, observadas as suas categorias e as necessidades de aprendizagem do estudante.

A rotina pedagógica da escola deve considerar para todos os anos, a

seguinte composição:

BASE COMUM / PARTE DIVERSIFICADA	QUANTIDADE DE AULAS				
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
Língua Portuguesa	10	10	10	09	09
Arte	02	02	02	02	02
Educação Física	02	02	02	02	02
Matemática	05	05	05	06	06
Ciências	02	02	02	02	02
História	02	02	02	02	02
Geografia	02	02	02	02	02
Experiências Literárias - Leitores e Escrita	5	5	5	6	6
Alfabetização Matemática - Clube de Matemática	5	5	5	4	4
Fruição Estética - Artes Visuais, Musicalização, Teatro e Dança	4	4	4	4	4
Pensamento Científico - Educação Ambiental, Experimentos/Robótica	4	4	4	4	4
Práticas Corporais Educacionais	02	02	02	02	02
Alimentação, Higiene e Recreação	05	05	05	05	05

ANEXO 8

Orientações da Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar

A Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar (SAPSE) tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e projetos que promovam a saúde, o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos estudantes, por meio de ações integradas entre as Secretarias da Saúde e Educação e que impactam positivamente na qualidade de vida dos estudantes e profissionais da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba.

Considerando que a escola é local privilegiado para as práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos de doenças, é fundamental a articulação desta com Unidades Básicas de Saúde (UBS), uma vez que esta parceria possibilita encaminhamentos e resolutividades, bem como definições acerca dos procedimentos a serem adotados pelas instituições diante de situações relacionadas à saúde escolar.

Desta forma, o Programa Saúde na Escola (PSE) e a Seção de Apoio aos Programas de Saúde (SAPSE) promovem as respectivas ações:

- Promoção da saúde e Prevenção de doenças e agravos;
- Projeto Horta Educativa, em parceria com o Fundo Social de Solidariedade de Sorocaba;
- Distribuição de materiais informativos e educativos nas Campanhas de vacinação e Combate à Dengue, em parceria com a Vigilância em Saúde (Divisão de Vigilância Epidemiológica);
- Sistematização das ações das Instituições Educacionais diante de situações que envolvam a saúde escolar, em parceria com a Vigilância em Saúde (Divisão de Vigilância Epidemiológica).

Ações Formativas

Em parceria com outras secretarias como Saúde, Meio Ambiente e Serviços Públicos, Fundo Social de Solidariedade do município, Faculdades/Universidades e Associações Culturais, o PSE e a SAPSE desenvolvem ações formativas pontuais

para os profissionais das equipes de Atenção Básica das Unidades de Saúde e das escolas da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba com o objetivo de promover e prevenir riscos e agravos à saúde.

Orientações específicas:

1. Combate Permanente contra o Mosquito Aedes Aegypti

Orientamos que as Instituições Educacionais realizem vistoria semanal, eliminando os possíveis focos de criadouros do mosquito Aedes Aegypti. O registro desta ação deve ser efetivado por meio da planilha eletrônica disponibilizada pela Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar (SAPSE) por meio de link

1.1 Uso de repelente

Para a aplicação de repelentes, a Instituição Educacional poderá orientar os pais/responsáveis que sigam a recomendação do Departamento de Dermatologia Pediátrica da Sociedade Brasileira de Dermatologia, o qual limita a quantidade diária de uso do produto, como segue:

- Crianças até seis meses de idade não podem usar repelentes;
- Crianças de seis meses a dois anos - aplicar uma vez;
- Crianças entre dois a sete anos - aplicar até duas vezes;
- Considerando que o repelente é um cosmético que pode causar reações alérgicas locais e sistêmicas, que estes produtos devem ser usados com cautela e, preferencialmente, com a orientação do Pediatra, fica a família responsável por realizar esta ação de proteção (aplicação) em sua criança.

2. Limpeza do tanque de areia

A orientação para a limpeza do tanque de areia segue o Comunicado Técnico nº 31 do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, de 12 de abril de 2012.

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder Executivo

Seção I

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

DOE de 13/04/2012 – p.27

COMUNICADO TÉCNICO CVS 31, de 12 de abril de 2012

A Diretora Técnica do Centro de Vigilância Sanitária – órgão vinculado à Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde – no exercício de sua atribuição de estabelecer referências para prevenir riscos à saúde da população e orientar as instâncias regionais e municipais do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (Sivisa), torna público o seguinte

REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA PREVENÇÃO DE RISCOS SANITÁRIOS NO USO DE TANQUES E OUTROS COMPARTIMENTOS COM AREIA, DESTINADOS À RECREAÇÃO INFANTIL, LAZER E ESPORTE.

É comum a prática de se preencher tanques ou outros compartimentos com areia para recreação infantil em creches, parques públicos e playgrounds. A areia é também usualmente empregada em quadras esportivas e outros locais próprios às práticas recreativas.

A areia é utilizada porque facilita, protege e tornam mais agradáveis tais atividades. No entanto, a areia é também muito apreciada por animais, especialmente cães e gatos, que tem por hábito utilizar tanques e outros compartimentos cobertos com o material para atender suas necessidades fisiológicas.

O contato dos usuários – crianças ou adultos – com fezes e urina desses animais implica riscos de parasitoses e dermatites (toxoplasmose, bicho geográfico etc.), dentre outras doenças.

Por conta disto, as seguintes medidas podem ser adotadas para minimizar riscos à saúde:

1. O primeiro aspecto a considerar na manutenção das condições sanitárias dos tanques ou outros compartimentos com areia diz respeito à interposição de barreiras físicas – telas com malhas finas, gradis, cercas etc. – que impeçam ou restrinjam o acesso de animais à areia contida nesses locais.
2. Na impossibilidade de cercar os tanques ou outros compartimentos, pode-se providenciar, em certos casos, sua cobertura com lona plástica ou outro material similar durante o período em que não estiverem sendo utilizados pelas crianças. A instalação de equipamentos fixos, como gangorras ou balanços, dificulta essa cobertura.
3. Outro aspecto importante a considerar é a localização dos tanques ou outros compartimentos. Deve-se evitar instalá-los em áreas sombreadas, pois o sol minimiza a proliferação de microorganismos patogênicos.
4. É importante também que a camada superficial de areia, aquela geralmente mais exposta à contaminação, seja diariamente revolvida e periodicamente substituída.
5. No caso de suspeita de infestação, toda a areia do tanque deve ser substituída.
6. O uso de soluções de cloro (hipoclorito de sódio) para desinfecção da areia tem eficiência relativa, pois sua ação é limitada, combatendo apenas larvas e não ovos de protozoários. Além disso, se não usado adequadamente, o cloro pode causar queimaduras nos usuários.
7. Por fim, deve-se impedir o consumo de alimentos no interior do tanque e de outros compartimentos, uma vez que a presença de restos de comida atrai insetos, roedores, pombos, gatos e outros animais, gerando riscos de outras doenças, como leptospirose e toxoplasmose.
8. É importante que próximo aos tanques ou outros compartimentos com areia seja instalado um ponto de água, de forma a facilitar a higienização dos usuários, permitindo assim que eles lavem as partes do corpo que estiveram em contato com a areia. Para melhor orientar os usuários, aconselha-se fixar avisos próximos a estes locais com a seguinte mensagem: "Após sair do recinto, remova a areia do corpo e lave mãos e pés".

Figura 1 - Fonte: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/12comcvs31.pdf>

3. Medicamentos

Para a administração de medicamentos, orienta-se que:

- Toda medicação prescrita em receituário médico aos estudantes da rede municipal de ensino deverá ser administrada pelos pais ou responsáveis, em casa, de forma que os horários sejam programados fora do período escolar;
- Caso um ou mais horários destinados à administração do medicamento coincidam com o horário de permanência do estudante na escola, desde que não esteja afastado por atestado médico, os pais ou responsáveis poderão administrar o medicamento no ambiente escolar, com prévia autorização da Equipe Gestora, com o intuito de garantirmos o trabalho pedagógico e a rotina escolar.

4. Uso de Creme para prevenção de assaduras

Relação de cremes preventivos de assaduras que na bula se caracterizam como cosmético:

- Hipoglós Amendoas cosmético protetor infantil
- Bepantol Baby Creme preventivo de assaduras
- Huggies Creme preventivo de assaduras
- Bebê Natureza Creme preventivo de assaduras suave
- Turma da Xuxinha Creme preventivo de assaduras
- VyvedasBaby e Kids Creme preventivo de assaduras
- Dermodex Prevent Creme preventivo de assaduras
- Dsytin Creamy Creme para prevenção de assaduras
- Fisher-Price Bebê Creme preventivo de assaduras
- Cetrilan Creme protetor – preventivo de assaduras
- Granado Bebê Creme de prevenção de assaduras
- Galinha Pintadinha – Creme de prevenção de assaduras
- Baby Scooby – Doo Creme de prevenção de assaduras
- Semilla – Creme para prevenção de assaduras do bebê
- Pom Pom Creme para prevenção de assaduras
- Souvie Creme preventivo de assaduras
- Trá Lá Lá Baby Creme para prevenir assaduras

- Muriel Baby Creme para prevenir assaduras
- Hipoderme ômega creme para prevenção de assaduras
- Derma Prevent Creme para prevenção de assaduras
- My Bebê – Myderm – creme preventivo de assaduras
- Disney baby – boni baby – gel para prevenir assaduras
- Baby Diaper Rash Cream Sebamed – Creme de prevenir assaduras
- Biolane Creme Preventivo de Assaduras
- Confiare Prevent Creme para prevenção de assaduras
- Johnson's Baby creme protetor contra assaduras
- Bebê Vida Davene creme preventivo de assaduras
- Babyglós creme
- Probentol Baby

Poderão ser utilizadas outras marcas, além das relacionadas acima, desde que caracterizadas como cosméticos.

5. Pediculose

Para casos de pediculose (piolho), a Seção orienta os seguintes procedimentos:

- Realizar um trabalho educativo, orientando a comunidade escolar sobre a problemática e formas de combate e prevenção;
- Comunicar os pais e/ou responsáveis sobre a existência de casos de pediculose na escola;
- Entrar em contato com a Unidade Básica de Saúde de referência, verificando a disponibilidade de xampu para ser entregue à população;
- Divulgar informativo sobre pediculose elaborado pela Fiocruz, disponível no endereço eletrônico: <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/piolho-pesquisador-aponta-mitos-e-verdades-sobre-pediculose>

6. Encaminhamentos aos Serviços de Saúde

Quando o profissional da educação observar alteração no aspecto físico do estudante, como por exemplo: manchas pelo corpo, olhos inchados ou lacrimejantes, dificuldade para enxergar, ouvir ou sintomas como dores intestinais,

febre, diarreia; este deverá comunicar à família e encaminhar o estudante para o serviço de saúde, por meio da **Guia de Encaminhamento do Programa Escola Saudável (Formulário 5)**, com o objetivo de avaliar a saúde dos estudantes e possibilitar que tenham atendimento em sua Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência.

É importante ressaltar que não basta avaliar e identificar os problemas, mas promover a autonomia e o autocuidado dos escolares, contribuindo para a prevenção de doenças. Neste sentido, os programas intersetoriais da Secretaria da Saúde e da Secretaria da Educação realizam ações avaliativas no espaço escolar, como exemplo:

- **Promoção da Saúde Bucal na Escola:**

As equipes de Odontologia da Secretaria da Saúde, por meio dos programas: SEPTO, MÓDULO e TRAILLER, promovem ações educativas de incentivo ao desenvolvimento do hábito de escovação diária e realizam o tratamento dentário, quando necessário, no ambiente escolar;

- **Programa Saúde na Escola (PSE)**, por meio da parceria com os Ministérios da Saúde e da Educação, são realizadas ações que são prioritárias para os estudantes, sob o ponto de vista epidemiológico, como: avaliação antropométrica, avaliação oftalmológica e bucal, verificação da situação vacinal.

Guia de Encaminhamento da Escola Saudável:**ESCOLA SAUDÁVEL
SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO**

Ao Serviço de Saúde

Data ___/___/___

Através da parceria estabelecida entre a Secretaria da Educação e a Secretaria da Saúde – “Escola Saudável”, solicitamos avaliação e conduta do serviço de saúde para o estudante: _____

DN ___/___/___, regularmente matriculado (a) nesta escola, pois está apresentando os seguintes sintomas: _____

Atenciosamente,

Nome e Carimbo da Escola

Nome legível do Professor Responsável

.....

Avaliação médica:

Data: ___/___/___

Assinatura: _____

.....

Protocolo de retirada: Nome do estudante _____ Ano _____

Data ___/___/___ Sintomas _____

Assinatura do responsável _____

7. Atestados Médicos:

Os afastamentos médicos deverão ser rigorosamente respeitados, sendo que o estudante não poderá frequentar a escola neste período, assim como a escola não deverá impedir seus estudos quando não estiverem afastados.

Os estudantes em recuperação de saúde (membros imobilizados por gesso, curativos, suturas) poderão frequentar a escola, desde que apresentem atestado médico de aptidão para as atividades escolares.

Para a participação dos estudantes nos Jogos Escolares de Sorocaba (JES) necessita da apresentação Questionário de Prontidão para Atividade Física, com a ciência dos responsáveis.

Questionário de Prontidão para Atividade Física (PAR-Q “Physical Activity Readness Questionnaire”).

ANAMNESE

Nome: _____
Data de Nascimento: ___/___/___ Escola: _____
Ano/série: _____ Professor de Educação Física responsável: _____
Em caso de emergência, avisar: _____
Convênio médico: _____ Carteirinha nº: _____
Estudante esportista - Modalidade: _____ Categoria: _____

- Algum médico já lhe disse alguma vez que seu filho tem problema cardíaco?
 SIM **NÃO**
- Seu filho(a) tem dores no peito com frequência?
 SIM **NÃO**
- Seu filho(a) desmaia com frequência ou tem episódios importantes de vertigem?
 SIM **NÃO**
- Seu filho(a) já apresentou pressão arterial muito alta?
 SIM **NÃO**

- Seu filho(a) apresenta ou já apresentou algum problema ósseo ou articular, como, por exemplo, artrite, que se tenha agravado com o exercício ou que possa piorar com ele?

() **SIM** () **NÃO**

- Existe alguma boa razão física, não mencionada aqui, para que seu filho(a) não siga um programa de atividade física esportiva, mesmo que você queira?

() **SIM Qual?:** _____ () **NÃO.**

1. Um médico já disse que seu filho(a) tem alguns dos problemas que se seguem?

- | | |
|--------------------------------------|----------------------|
| () Doença cardíaca coronariana | () Ataque cardíaco |
| () Doença cardíaca reumática | () Derrame cerebral |
| () Doença cardíaca congênita | () Epilepsia |
| () Batimentos cardíacos irregulares | () Diabetes |
| () Problemas nas válvulas cardíacas | () Hipertensão |
| () Murmúrios cardíacos | () Câncer |
| () Angina | |

Por favor,

explique: _____

2. Seu filho(a) apresenta algum dos sintomas abaixo?

- () Dor nas costas
- () Dor nas articulações, tendões ou músculo
- () Doença pulmonar (asma, enfisema, outra)

Por favor,

explique: _____

3. Liste os medicamentos que seu filho(a) está tomando (nome e motivo)

Nome do medicamento	Motivo

4. Algum parente próximo (pai, mãe, irmão ou irmã) teve ataque cardíaco ou outro problema relacionado com o coração antes dos 50 anos?

() não () sim

5. Algum médico já lhe disse que seu filho(a) tem alguma restrição à prática de atividade física?

() não () sim

Por favor, explique:

6. Atualmente seu filho(a) tem se exercitado pelo menos 2 vezes por semana, por pelo menos 20 minutos?

() não () sim

Se sim, por favor,

especifique: _____

Declaro a precisão de todas as informações acima fornecidas, comprometendo-me a avisar a Instituição Escolar em caso de alguma alteração que possa comprometer a prática das atividades físicas recomendadas.

Sorocaba, ____ / ____ / _____

Assinatura do responsável pelas informações:

8. Atendimento Pedagógico Domiciliar

Considerando os estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique no afastamento superior a 120 dias, a Secretaria da Educação instituiu, por meio da instrução SEDU/GS nº10/2017, o atendimento pedagógico domiciliar (APD).

Ao observar este quadro em sua unidade escolar, a equipe gestora, deverá encaminhar ofício à DATP, junto ao termo de autorização (anexo III), cópia de atestado médico e indicação dos docentes.

9. Meningite

A Seção orienta os procedimentos a serem adotados pela Instituição Educacional diante de caso ou suspeita de meningite por parte do estudante ou funcionário.

A equipe da Instituição Educacional, tendo conhecimento de um caso ou suspeita de meningite, seja estudante ou funcionário(a), deverá preencher o Formulário 1 (para estudante) ou o Formulário 2 (para funcionário) e enviá-lo por meio de correio eletrônico (*e-mail*), para: epidemiologica@sorocaba.sp.gov.br com cópia para escolasaudavel@sorocaba.sp.gov.br

Após o envio das informações, a Vigilância Epidemiológica fará as devidas orientações à Instituição Educacional, de acordo à confirmação da etiologia da meningite diagnosticada.

Formulário 1 – Informações auxiliares de estudante com suspeita de meningite:

Nome da Instituição Educacional					
Endereço				Bairro	
Telefone			E-mail		
Informações sobre o estudante					
Nome					
Data de nascimento		Ano/Série		Turma	

Período	Manhã <input type="checkbox"/>	Tarde <input type="checkbox"/>	Outros: _____
Nome do (a) responsável		Telefone de contato	
Endereço do estudante		Bairro	
Nome do hospital em que o estudante está sendo ou foi atendido			
Encontra-se internado?	SIM ()		NÃO ()
Data em que a Instituição recebeu a informação			

Formulário 2 – Informações auxiliares de funcionário(a) com suspeita de meningite:

Nome da Instituição Educacional			
Endereço		Bairro	
Telefone		E-mail	
Informações sobre o estudante			
Nome			
Data de nascimento		Ano/Série	Turma
Período	Manhã <input type="checkbox"/>	Tarde <input type="checkbox"/>	Outro: _____
Nome do(a) responsável		Telefone de contato	
Endereço estudante		Bairro	

Nome do hospital em que o estudante está sendo ou foi atendido		
Encontra-se internado?	SIM ()	NÃO ()
Data em que a Instituição recebeu a informação		

10. Varicela/Catapora

A equipe da Instituição Educacional, diante de casos de catapora/varicela diagnosticados por meio de atestado médico, tanto para estudante, como funcionário(a), deverá seguir o protocolo descrito abaixo, observando a idade das crianças que atende:

Crianças abaixo de seis anos (até 5 anos, 11 meses e 29 dias):

- Preencher o Formulário 3: Informações sobre estudantes que foram diagnosticados com Varicela/Catapora;
- Enviar pesquisa aos pais dos estudantes de toda a Instituição Educacional (Formulário 4);
- Verificar a situação vacinal da criança, específica de Varicela/Catapora;
- Digitar (não digitalizar) na planilha específica (Planilha 1) as informações sobre a situação vacinal, obtidas por meio da pesquisa enviada aos pais (Formulário 4);
- Preencher a Planilha 2 – Situação de todos os funcionários da Instituição Educacional, referente à Vacina da Varicela ou Tetra Viral, incluindo informações sobre possíveis gestantes (informando qual semana de gestação e peso corporal).

Importante: Com a confirmação de apenas um (1) caso na Instituição Educacional, já é realizado o bloqueio vacinal para crianças menores de cinco (5) anos que ainda não tenham sido vacinadas até a data do levantamento.

Crianças acima de 6 anos:

Com a confirmação de apenas um (1) caso de catapora na Instituição Educacional, já é necessário realizar os procedimentos descritos abaixo:

- Preencher o Formulário 3: Informações sobre estudantes que foram diagnosticados com Varicela/Catapora;
- Enviar pesquisa aos pais dos estudantes de toda a Instituição Educacional (Formulário 4);
- Preencher a Planilha 2 – Situação de todos os funcionários da Instituição Educacional, referente à Vacina da Varicela ou Tetra Viral, incluindo informações sobre possíveis gestantes (informando qual semana de gestação e peso corporal). As funcionárias gestantes que não tiveram a doença devem evitar exposição especialmente no primeiro trimestre da gestação. Não é indicada vacina contra varicela na gestação.

Para que a Vigilância Epidemiológica possa dar seguimento ao bloqueio, os arquivos com as informações levantadas devem ser encaminhados por meio de correio eletrônico (*e-mail*), para: epidemiologica@sorocaba.sp.gov.br com cópia para escolasaudavel@sorocaba.sp.gov.br, sendo que o prazo para o envio das informações é de dez (10) dias, a contar da data da primeira confirmação de caso da doença na Instituição.

Para outras informações sobre a doença, consultar os links:

- <http://www.brasil.gov.br/saude/2015/02/transmissao-da-catapora-se-da-entre-1-a-2-dias-antes-das-lesoes>
- <https://agencia.fiocruz.br/catapora-0>
- <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/catapora.htm>
- <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/catapora-pediatra-explica-os-sintomas-o-tratamento-e-como-se-prevenir>

Formulário 3 – Dados dos estudantes que apresentaram varicela/catapora:

Nome da Instituição					
Número total de estudantes da Instituição			Data		
a) Nome completo do Estudante					
Data de nascimento		Ano		Turma	
Data dos primeiros sintomas ou do atestado					
b) Nome completo do Estudante					
Data de nascimento		Ano		Turma	
Data dos primeiros sintomas ou do atestado					
c) Nome completo do Estudante					
Data de nascimento		Ano		Turma	
Data dos primeiros sintomas ou do atestado					
d) Nome completo do Estudante					
Data de nascimento		Ano		Turma	
Data dos primeiros sintomas ou do atestado					
e) Nome completo do Estudante					
Data de nascimento		Ano/		Turma	

Data dos primeiros sintomas ou do atestado			
f) Nome completo do Estudante			
Data de nascimento		Ano	
Data dos primeiros sintomas ou do atestado			

Formulário 4 – Pesquisa aos pais

Planilha 1 – Para informações de estudantes menores de cinco anos da Instituição Educacional (todas as classes), referente à Vacina da Varicela/Catapora ou Tetra Viral

A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Planilha para avaliação de crianças a serem vacinadas para Varicela							
2	Escola	Sala	Professor					
3								
4	Nome Completo do Aluno	Data de Nasc.	Já teve catapora?		Já tomou vacina contra catapora em anos anteriores?			
5			<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
6	1		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p align="center">Instruções para preenchimento da lista</p> <p>Salvar a planilha no seu computador. Preencher uma planilha para cada sala com todos os dados. NÃO ALTERAR ESTA PLANILHA E NEM SALVAR EM OUTRO FORMATO. Encaminhar planilha por e-mail digitada * NÃO PODE SER DIGITALIZADA.</p> </div>
7	2		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
8	3		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
9	4		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
10	5		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
11	6		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
12	7		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
13	8		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
14	9		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
15	10		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
16	11		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
17	12		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
18	13		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
19	14		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
20	15		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
21	16		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
22	17		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
23	18		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
24	19		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
25	20		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
26	21		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
27	22		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
28	23		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
29	24		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
30	25		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
31	26		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
32	27		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
33	28		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
34	29		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		
35	30		<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não		

ANEXO 9

Orientações – Seção de Alimentação Escolar (SAE)

A Seção de Alimentação Escolar (SAE) da Secretaria de Abastecimento e Nutrição (SEABAN) tem sob sua responsabilidade o desenvolvimento do Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE), com base nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que visa atender e suprir as necessidades nutricionais dos estudantes durante sua permanência na sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e para a formação de bons hábitos alimentares, por meio da oferta de uma alimentação saudável, equilibrada e adequada para as crianças.

A SAE é responsável pela elaboração das diretrizes do plano alimentar nas instituições educacionais, gerenciando sua operacionalização pelas empresas terceirizadas e acompanhando sua aplicação diária nas unidades escolares.

Com isso, apresentamos as principais orientações, documentações, controles diversos, dentre outros, que são essenciais na integração da escola com sua rotina alimentar, esperando contribuir para um bom atendimento aos estudantes.

Cardápio

Os cardápios do PMAE são elaborados mensalmente pelas nutricionistas da SAE, de acordo com as diretrizes e recomendações nutricionais da Resolução FNDE nº 26/2013, considerando o emprego da alimentação saudável, adequada e variada, levando em conta também os aspectos sensoriais, como cores, sabores, textura, combinação de alimentos e técnicas de preparo.

Os cardápios visam atender as necessidades nutricionais estabelecidas na Resolução FNDE nº 26/2013, considerando a faixa etária do estudante e o tempo de permanência na escola, a partir da utilização de alimentos indispensáveis para a promoção da alimentação saudável, que fazem parte da cultura e dos hábitos regionais. Desta forma, os cardápios consistem em uma importante ferramenta de educação alimentar e nutricional.

Mensalmente, os cardápios de todas os segmentos de ensino são publicados no site da SEABAN - abastecimento.sorocaba.sp.gov.br.

Alteração de Cardápio

Os alimentos previstos nos cardápios são entregues semanalmente nas escolas, seguindo cronograma de entregas preestabelecido pela SAE e pelas empresas terceirizadas. Por isso, qualquer necessidade de alteração do cardápio deve ser informada à SAE, com antecedência mínima de 15 dias, acompanhada de justificativa, por exemplo: reunião, atividades extracurriculares, entre outros, para que adequações sejam feitas. Os supervisores das empresas terceirizadas não possuem autonomia para realizar alterações de cardápio.

Solicitação de lanche para atividade externa (Kit lanche)

O “Kit lanche” destina-se somente para eventos externos e são compostos por alimentos que dispensam refrigeração, como bolinho individual, pão com margarina, barra de cereais, achocolatado, suco de caixinha e fruta, mas que devem ser mantidos em local seco e arejado, e consumidos exclusivamente no dia da atividade externa.

A solicitação de lanche para atividade externa deve ser feita a partir do preenchimento do formulário “Solicitação de lanche para atividade externa” (disponível no site da SEABAN- abastecimento.sorocaba.sp.gov.br) e envio por e-mail para a SAE – alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br, com 15 dias de antecedência.

Cancelamento, adiamento ou situações emergenciais deverão ser comunicadas à SAE pelo telefone 3212-2881, para providências.

Oferta de itens não previstos em cardápio

Atualmente, há uma frequente exposição das crianças na faixa etária escolar aos alimentos do tipo guloseimas, frituras, refrigerantes e outras bebidas de baixo valor nutricional, bem como um grande apelo publicitário destes. O consumo de alimentos industrializados de alta densidade energética (com grande quantidade de gorduras e/ou açúcar), ricos em sódio e baixo valor nutricional (pobre em minerais e vitaminas), aliado ao comportamento sedentário, são apontados como principais causas do aumento de doenças crônicas (obesidade, diabetes, hipertensão, dislipidemia) entre crianças nas fases pré-escolar e escolar no Brasil.

Considerando a escola como um ambiente de promoção de hábitos

alimentares saudáveis, com notável influência na formação de crianças e adolescentes, a equipe técnica da SAE orienta para a oferta de alimentos saudáveis e seguros e a não disponibilidade de alimentos não saudáveis no ambiente escolar, mesmo em dias de festas. A SAE entende que o divertimento não precisa estar vinculado ao consumo de alimentos prejudiciais à saúde dos estudantes, e sim a um ambiente alegre e a atividades adequadas.

Dietas Especiais

A SAE fornece, de acordo com a Resolução FNDE nº 26/2013, atendimento diferenciado aos estudantes que apresentam patologias que exijam necessidades nutricionais especiais, oferecendo e disponibilizando gêneros dentro das possibilidades estabelecidas no contrato vigente e realizando as adaptações necessárias aos cardápios.

Durante o tempo de permanência na escola, toda a equipe escolar deverá responsabilizar-se pela garantia de atenção especial quanto à alimentação. Visando à segurança alimentar dos estudantes que possuem necessidades nutricionais especiais, a SAE implantou a etiqueta de identificação para as dietas de restrição, que tem o objetivo de evitar qualquer erro durante o preparo e/ou distribuição das refeições a estes estudantes. Esta etiqueta de identificação de dieta especial deve ser preenchida, diariamente, com o nome da criança, turma, horário da refeição e restrição alimentar. A SAE sugere que seja designado, pelo diretor, um funcionário da unidade escolar para oferecer a dieta, no caso dos CEI's.

A equipe escolar deve apoiar o estudante e facilitar a criação de atitudes positivas em relação à patologia, assim como colaborar na sua integração social. Além disso, a conscientização e a conduta familiar são também responsáveis pelo sucesso do tratamento. Para isso, a SAE está à disposição para orientar a equipe escolar e a família, conforme solicitação da equipe gestora.

Procedimentos para solicitação de Dietas Especiais:

O diretor da instituição educacional fica responsável por:

- Solicitar aos pais ou responsáveis um laudo/prescrição médica com a descrição clara do diagnóstico, devidamente assinado pelo profissional de saúde e com o CID da patologia;

- Preencher corretamente a Ficha de Solicitação para Fornecimento de Dieta Especial (anexa), e a cópia da prescrição médica. Encaminhar a documentação via e-mail para a SAE - alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br;
- Comunicar à SAE, caso o atendimento do estudante apresente intercorrências;
- Encaminhar à SAE quaisquer alterações nas prescrições médicas ou altas médicas da patologia em questão;
- Intermediar o contato entre os educadores, as cozinheiras escolares e os estudantes em questão;
- Incentivar a equipe escolar a realizar busca ativa para identificação precoce de novos casos;
- Promover ações de inclusão e conscientização dos estudantes em relação à alimentação diferenciada dentro do grupo;
- Solicitar aos pais ou responsáveis a atualização das prescrições médicas a cada 12 meses.

Após o envio da solicitação de atendimento, uma cópia do atestado médico deve ser mantida na unidade escolar e apresentada aos educadores, para ciência.

Todas as crianças com restrições alimentares devem receber apenas os alimentos permitidos, conforme prescrição médica. Nenhum alimento poderá ser liberado por familiar, cuidador ou educador. A liberação para alimentação requer prescrição de alta médica, que deverá ser apresentada à direção pelo responsável do estudante e encaminhada para a SAE.

Práticas alimentares alternativas, como o vegetarianismo, veganismo e restrições relacionadas a questões religiosas ou ideológicas não requerem atestado médico. A direção escolar deverá preencher o “Termo de Requerimento de Dieta Vegetariana” (disponível no site da SEABAN) e enviá-lo por e-mail para a SAE. Estes casos serão avaliados pela equipe técnica da SAE, que realizará as adequações necessárias e viáveis no cardápio. A equipe escolar e as merendeiras deverão ser informadas.

Para o atendimento de estudantes deficientes que necessitam de adequações na alimentação escolar, a SAE deverá ser comunicada por e-mail, para agendamento de reunião com familiares e equipe gestora. As adequações serão realizadas conforme necessidade de cada estudante.

Ações de Educação Nutricional

O cuidado com a alimentação deve ser priorizado durante toda a vida, sendo o período escolar muito importante para a aquisição de hábitos alimentares que promovam a saúde do indivíduo. No ambiente escolar, diversas estratégias podem ser desenvolvidas de modo a promover práticas alimentares saudáveis, como, por exemplo, oficinas culinárias e atividades sensoriais com alimentos. Nestas atividades, a escolha dos alimentos é fundamental para se atingir o objetivo – em vez de optar por preparações ricas em açúcar e gordura, é importante priorizar o uso de alimentos saudáveis.

Outra estratégia pedagógica relacionada à alimentação é o sistema *self-service*, no qual o estudante monta seu próprio prato com apoio dos educadores durante a refeição (na Educação Infantil e Ensino Fundamental em Tempo Integral) ou com orientação prévia em sala de aula (no Ensino Fundamental). Para o sucesso do sistema *self-service*, é necessário o alinhamento da equipe escolar com a equipe da cozinha.

Assim, a equipe técnica da SAE atua no apoio e auxílio à equipe escolar no desenvolvimento das atividades relacionadas à alimentação, além de realizar orientações durante visitas às instituições educacionais, reuniões e palestras para equipe gestora, educadores, pais e estudantes. Todas as ações podem ser solicitadas pela direção escolar, e agendadas conforme disponibilidade, pelo e-mail da SAE - alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br.

Outras dúvidas podem ser enviadas pelos telefones da SEABAN: 3212-2881 / 3212-2883 ou pelo e-mail: alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br

Secretaria de
Abastecimento e Nutrição



FICHA DE SOLICITAÇÃO DE DIETA ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

NOME ESCOLA:	DATA:
---------------------	--------------

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA

NOME:	
DATA DE NASCIMENTO:	SEXO: () Masculino () Feminino
SÉRIE / ETAPA:	PERÍODO: () Manhã () Tarde () Integral
PROFESSOR(A) E/OU AUXILIAR DE EDUCAÇÃO:	

DIAGNÓSTICO MÉDICO / NUTRICIONAL

() Diabetes	() Colesterol elevado (Hipercolesterolemia)
() Intolerância à lactose / Alergia ao leite de vaca	() Triglicérides elevado (Hipertrigliceridemia)
() Refluxo Gastroesofágico	() Doença Celíaca
() Sobrepeso / Obesidade	() Outras: _____
() Alergia aos alimentos: _____	

* É OBRIGATÓRIO ANEXAR UMA CÓPIA DA PRESCRIÇÃO MÉDICA (DEVE CONTER CID DA PATOLOGIA OU DIAGNÓSTICO MÉDICO, DATA, CARIMBO E ASSINATURA) A ESTA FICHA DE SOLICITAÇÃO. ENVIAR A FICHA DEVIDAMENTE PREENCHIDA E ASSINADA PARA A SEÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PELO E-MAIL: ALIMENTACAOESCOLAR@SOROCABA.SP.GOV.BR.

OBSERVAÇÕES:

IDENTIFICAÇÃO DA DIREÇÃO DA UNIDADE

NOME DO DIRETOR(A):

UNIDADE ESCOLAR

CARIMBO E ASSINATURA DO DIRETOR (A)

SEABAN – SECRETARIA DE ABASTECIMENTO E NUTRIÇÃO
SEÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Rua Frei Galvão nº 229 – Vila Santana – CEP 18.080-070 – Fone (15) 3211.3569
alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br
Sorocaba - SP

ANEXO 10

Orientações da Divisão de Educação Especial

A Resolução CNE/CEB nº 02/01, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, considera estudantes com Necessidades Educacionais Especializadas, aqueles que durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

- aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
- aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais estudantes, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Desta forma, o Atendimento Educacional Especializado, compreendido como serviço da Educação Especial, é oferecido na Rede Municipal de Ensino aos estudantes:

1. com deficiência, aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
2. com transtornos globais do desenvolvimento, que são aqueles que apresentam alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se, neste grupo, os estudantes com TEA (Transtorno do Espectro Autista) e psicose infantil;
3. com altas habilidades / superdotação, que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar é composta por Assistentes Sociais, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais, Fisioterapeuta e Fonoaudiólogos, com atuação no trabalho formativo, preventivo e interventivo, junto às Instituições Educacionais Municipais, atendendo as demandas escolares/educacionais, em articulação com a Divisão de Educação Especial, comunidade escolar e demais redes de apoio.

Considerando a Política Municipal de Acessibilidade, Lei Ordinária nº 11.417/2016, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observando:

- os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- a limitação no desempenho de atividades;
- a restrição de participação.

Os casos que necessitarem desta orientação multidisciplinar deverão ser encaminhados pela Equipe Gestora, via ANEXO B, para o e-mail da Divisão de Educação Especial.

ANEXO B

Instituição Educacional:	
Telefone de contato:	E-mail:
Diretor(a):	Orientador (a)
Vice-diretor(a):	

Nome completo do estudante:

Data de Nascimento:

Nome da Professora:

Turma/Período:

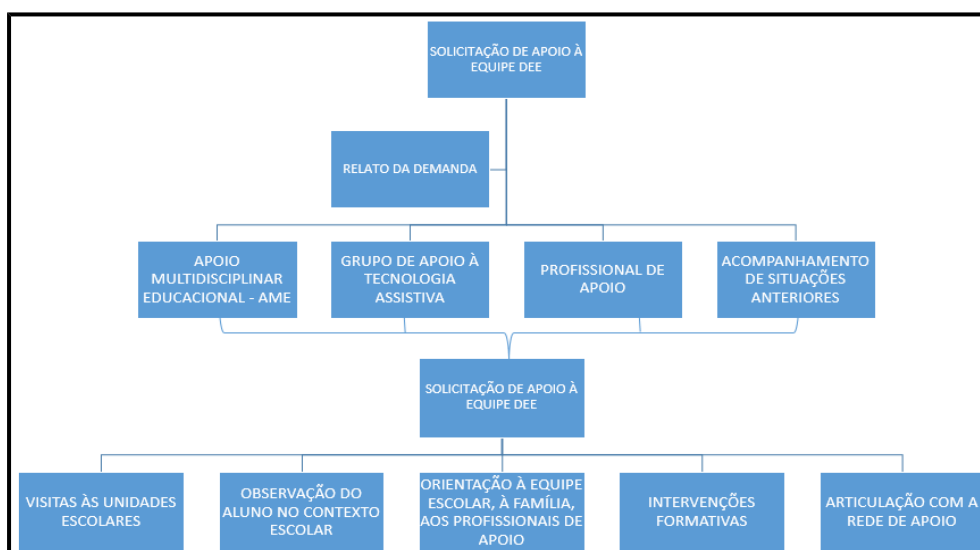
Nome dos responsáveis pelo estudante:

Contatos:

Descrição da situação (características observadas):

Ações que foram realizadas pela equipe escolar em relação à demanda apresentada, como: Planejamento, orientações, reuniões, levantamento de dados, da criança em questão (já participa ou participou de atendimento/ acompanhamento especializado):

FIGURA 1 – FLUXO DE TRABALHO EQUIPE MULTIDISCIPLINAR



Segue a organização das instituições educacionais por territórios, para atendimento da Equipe Multidisciplinar:

OESTE 1	OESTE 2	OESTE 3	NORTE 1
CEI 03; CEI 11; CEI 23; CEI 25; CEI 26; CEI 30; CEI 35; CEI 36; CEI 47; CEI 50; CEI 60; CEI 65; CEI 69; CEI 85; CEI 93; CEI 108; CEI 109;	CEI 22; CEI 28; CEI 61; CEI 79; CEI 81; CEI 84; CEI 89; CEI 91; CEI 95; CEI 99; CEI 106; CEI 107; CEI 112	CEI 09; CEI 21; CEI 27; CEI 33; CEI 41; CEI 57; CEI 67; CEI 71; CEI 74; CEI 82; CEI 97; CEI 98; CEI 100; CEI 105; CEI 110;	CEI 08; CEI 18; CEI 38 CEI 40; CEI 46; CEI 51 CEI 52; CEI 58; CEI 63 CEI 68; CEI 70; CEI 73 CEI 76; CEI 101;
EM Oswaldo Duarte	EM Benedito Cleto	EM Avelino L. de Camargo	EM João Francisco Rosa
EM Benedito José Nunes	EM Edward F. M. da Silva	EM Hélio Rosa Baldy	EM José Mendes
EM Irineu Leister	EM Leda Therezinha	EM Duljara F. de Oliveira	EM Flávio de S. Nogueira
EM Josefina Z.de	Borghesi Rodrigues	EM Edemir A. Digiampetri	EM M ^a Domingas T. Góes
Carvalho	EM Amin Cassar	EM Ney Oliveira Fogaça	EM Maria Ignêz F. Deluno
EM M ^a de Lourdes Martins	EM Léa Edy Alonso Saliba	EM Luiz Almeida Marins	EM Tereza C. Gianini
Martinez	EM Odila Caldini Crespo	EM Comendador Alfredo	
EM Rosa Cury	EM Renice Seraphin	Metidieri	
EM Jaci Dourado Matielli			
Assistente Social: Sandra	Assistente Social: Valéria	Assistente Social:	Assistente Social: Valéria
Fisioterapeuta: Márcia	Fisioterapeuta: Márcia	Alcilézia/Valéria	Fisioterapeuta: Márcia
Fonoaudióloga: Stella	Fonoaudióloga: Angela	Fisioterapeuta: Márcia	Fonoaudióloga: Cristiane
Psicólogo: Antônio	Psicóloga: Gisele	Fonoaudióloga: Stella	Psicóloga: Fernanda
Terapeuta Ocupacional:	Terapeuta Ocupacional:	Psicóloga: Thaís	Terapeuta Ocupacional:
Ana Cláudia	Adriana	Terapeuta Ocupacional:	Ana Cláudia
		Adriana / Ana Cláudia	
NORTE 2	LESTE 1	LESTE 2	
CEI 45; CEI 53; CEI 75 CEI 80; CEI 87; CEI 90 CEI 92; CEI 96; CEI 103;	CEI 10; CEI 13; CEI 14; CEI 48; CEI 54; CEI 59; CEI 72; CEI 77; CEI 78; CEI 83; CEI 88; CEI 94; CEI 104; CEI 111; CEI 113	CEI 02 ; CEI 05; CEI 07; CEI 15; CEI 16; CEI 17; CEI 20; CEI 31; CEI 34; CEI 39; CEI 43; CEI 44; CEI 62; CEI 64; CEI 66; CEI 86;	
EM Ana Cecília F. P.	EM Éden	EM Achilles de Almeida	
Fontes	EM Milton Leite de Oliveira	EM Getúlio Vargas	
EM José Carlos	EM Ary de O. Seabra	EM Leonor Pinto Thomaz	
Florenzano	EM Oswaldo de Oliveira	EM Matheus Maylasky	
EM Basílio da C. Daemon	EM Ronaldo C. de Arruda	EM Julica Bierrenbach	
EM Paulo F. N. Tortello			
EM Walter Carretero			
EM Darlene Devasto			

EM Genny Kalil Milego	EM Tadeusz Jozefczyk	EM Sorocaba Leste	
EM Inês R. Cesarotti		EM Quinzinho de Barros	
EM M ^a de Lourdes Ayres de Moraes			
EM Norma Justa Dall'ara			
EM Zilah D. M. Schrepel			
Assistente Social: Alcilézia	Assistente Social: Alcilézia	Assistente Social: Sandra	
Fisioterapeuta: Márcia	Fisioterapeuta: Márcia	Fisioterapeuta: Márcia	
Fonoaudióloga: Angela	Fonoaudióloga: Cleiva	Fonoaudióloga: Cleiva	
Psicóloga: Vânia	Psicóloga: Esli	Psicólogo: Moisés	
Terapeuta Ocupacional: Lígia	Terapeuta Ocupacional: Adriana	Terapeuta Ocupacional: Lígia	

Sala de Recursos Multifuncionais

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para a oferta do Atendimento Educacional Especializado aos estudantes que são público-alvo da Educação Especial (Deficiência Física, Sensorial e Intelectual, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação).

O atendimento é realizado sempre no contraturno, e é ministrado por professor integrante do quadro efetivo/estável, com formação em Educação Especial/Inclusiva, que tenha participado de Processo Seletivo realizado pela Rede Municipal de Ensino de Sorocaba.

O Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é responsável por identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, em articulação com o Orientador Pedagógico, Professor da Sala Regular e Divisão de Educação Especial, garantindo a participação dos estudantes em contexto escolar.

O ingresso do estudante com deficiência na Sala de Recursos Multifuncionais poderá ocorrer em qualquer período do ano letivo, bastando à equipe gestora o encaminhamento dos pais/responsáveis para uma das SRMs, de acordo com a proximidade residencial ou da própria escola.

Cabe ao Professor da SRM, em articulação com o Professor da sala regular e Orientador Pedagógico (com orientação da Equipe Multidisciplinar), a elaboração e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI).

Quanto às atribuições do Professor do Atendimento Educacional Especializado, destacam-se:

- Realizar atendimento educacional especializado em turno inverso ao do ensino regular, por meio de um plano de trabalho organizado de acordo com a necessidade apresentada pelo estudante, podendo este atendimento ocorrer na sala de recursos localizada na escola em que o estudante estiver matriculado ou em outra escola da região;
- Atuar colaborativamente com o professor da classe comum, nas avaliações pedagógicas e encaminhamentos, nas adequações curriculares, elaborando estratégias necessárias para a construção do conhecimento, como também participando do processo avaliativo;
- Participar de planejamentos, Conselhos de Classe, Hora de Trabalho Pedagógico (HTP), Reuniões de Avaliação Ensino Aprendizagem (RAEA) e de outras atividades realizadas na escola e de atividades propostas pela Divisão de Educação Especial;
- Orientar a família em ações que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes; Articular, junto à Equipe Gestora, o monitoramento e atualização de dados do censo escolar, bem como os levantamentos de informações solicitadas pela SEDU;
- Colaborar com a Equipe Gestora na formação continuada sobre Educação Inclusiva.

Relação das Escolas com Sala de Recursos Multifuncionais em 2018:

CEI 28 Rauldinéia Esteves Machado
EM Achilles de Almeida, Dr.
EM Ary de Oliveira Seabra, Prof.
EM Avelino Leite de Camargo
EM Basílio Costa Daemon, Prof.
EM Benedicto José Nunes, Prof.
EM Darlene Devasto, Prof.^a
EM Duljara Fernandes de Oliveira
EM Edward Frufu Marciano da Silva
EM Flávio de Souza Nogueira, Prof.
EM Genny Kalil Milego, Prof.^a
EM Getúlio Vargas, Dr.
EM Hélio Rosa Baldy, Dr.

EM Inês Rodrigues Cesarotti, Prof. ^a
EM Irineu Leister, Prof.
EM José Carlos Florenzano, Prof.
EM José Mendes
EM Julica Bierrenback
EM Léa Edy Alonso Saliba, Prof. ^a
EM Leda Therezinha Borghesi Rodrigues
EM Leonor Pinto Thomaz
EM Luiz de Almeida Marins, Prof.
EM M^a de Lourdes A. de Moraes, Prof. ^a
EM Maria de Lourdes M. Martinez, Prof.
EM Maria Domingas T. de Góes, Prof. ^a
EM Maria Ignez Figueiredo Deluno, Prof.
EM Matheus Maylasky
EM Milton Leite Oliveira, Dr.
EM Norma Justa Dall'Ara, Prof. ^a
EM Oswaldo Duarte
EM Oswaldo de Oliveira, Prof. ^a
EM Paulo Fernando Nóbrega Tortello, Prof.
EM Quinzinho de Barros
EM Renice Seraphin
EM Ronaldo Campos de Arruda
EM Rosa Cury
EM Tereza Ciambelli Gianini
EM Walter Carretero, Prof.
EM Zilah Dias de Mello Scherepel, Prof.

Classe Hospitalar

O trabalho desenvolvido pelos Professores que compõem a equipe da Classe Hospitalar é destinado aos estudantes que se encontram impossibilitados de frequentar as aulas na escola, em razão de tratamento de saúde e que implique em internação hospitalar ou atendimento ambulatorial no Hospital GPACI.

O atendimento dos estudantes hospitalizados será realizado em três (3) Classes Hospitalares no Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil (GPACI).

Profissionais de Apoio:

- **Cuidadores**

São profissionais que subsidiam a realização de ações de locomoção, higiene, alimentação, comunicação e registros (se necessário), conforme termo de

referência, prestando auxílio individualizado, ou a pequenos grupos, que apresentam limitações funcionais (severa/grave) de ordem física e/ou mental de caráter temporário ou permanente.

O encaminhamento destes profissionais ocorre, considerando as especificidades apresentadas pelo estudante e relacionadas à sua condição de funcionalidade e não somente à sua condição de deficiência, mediante avaliação e análise conjunta do caso pela escola e Equipe Multidisciplinar, em articulação com a Seção de Apoio à Educação Especial.

O encaminhamento do profissional de apoio será realizado para o estudante que apresentar extrema:

- ✓ Dependência nas atividades de vida diária: comunicação, orientação, compreensão, higiene pessoal, alimentação, vestimenta, manipulação de objetos, uso do vaso sanitário, troca de fraldas;
- ✓ Dependência postural ou na locomoção e mobilidade: sentar, levantar, transferência da cadeira de rodas.

A Equipe Gestora deverá enviar solicitação, via correio eletrônico, anexando relatório médico que indique a limitação funcional ou deficiência do estudante e relatório descrevendo a necessidade específica em ambiente escolar, a fim de receber o profissional de apoio ao estudante.

- **Intérprete de Libras**

O Intérprete de Libras pode ser encaminhado para o apoio aos estudantes com Surdez ou Deficiência Auditiva, que se utilizam da Língua Brasileira de Sinais, lembrando que o estudante deve ter, pelo menos, nível intermediário de conhecimento da língua, para que seja encaminhado o intérprete. O acompanhamento pode ser realizado em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com o objetivo de viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à aprendizagem.

A equipe gestora da Instituição Educacional deverá enviar ofício, via correio eletrônico, solicitando o Interlocutor de Libras, indicando a turma e o período em que o estudante está matriculado.

ANEXO 11

Orientações do Programa “Professor Aprendiz”

A Secretaria da Educação realiza o Programa Professor Aprendiz que, ao moldes do Projeto Alfabetização e Letramento em Rede, insere estudantes educadores (estagiários) na Educação Básica, oportunizando vivências pedagógicas em salas de Educação Infantil, salas de alfabetização⁷ ou ainda vivenciando a educação especial frente ao apoio de vida diária, necessário aos estudantes com necessidades educacionais especiais.

O estudante educador é um graduando na área da Educação, atuando nas salas de aula sob a orientação do professor regente. Para este estudante educador, o estágio consolida-se como atividade de caráter educativo e complementar à sua formação, colocando-o em contato com as diferentes realidades sociais, econômicas e culturais, proporcionando vivência e experiências que permitem ao estudante desenvolver uma consciência crítica e a capacidade de compreender a realidade e interferir sobre ela.

O Parecer nº 21/2001, do Conselho Nacional de Educação, define o Estágio Curricular como um

tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um estudante estagiário [...] é o momento de efetivar um processo de ensino/aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário.(BRASIL,2001,p.10)

⁷ Observou-se que a inclusão do Aluno Educador nas turmas do ciclo de alfabetização, sob a orientação de um professor regente, se mostrou um projeto viável e capaz de contribuir com aspectos fundamentais tanto para sua formação inicial, ligados ao exercício profissional deste estudante, bem como colaborar com o atendimento das demandas educativas das instituições de ensino municipais.

Desta maneira, o Programa Professor Aprendiz é composto pelos seguintes projetos:

- **“Educar e Cuidar da infância”**: abrange a Educação Infantil e crianças com Necessidades Educacionais Especiais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.
- **“Alfabetização e Letramento em Rede”**: abrange o ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental, em especial, as turmas de 1º anos.

O estágio remunerado destina-se aos estudantes de cursos de licenciatura de Pedagogia e Letras, proporcionando:

- Formação, durante o acompanhamento da gestão da sala de aula realizada pelo professor da turma;
- Participação em reuniões diversas e eventos escolares, oportunizando o seu contato e interações com a rotina escolar;
- Exercício da autonomia profissional a partir das suas observações e atuação;
- Concessão de bolsa-auxílio e auxílio-transporte.

O Programa Professor Aprendiz tem por objetivo:


- Contribuir para a formação inicial dos estudantes dos cursos de licenciatura na área da Educação, possibilitando-lhes atuar junto aos docentes da rede municipal de ensino, tendo conhecimento de tal realidade;
- Inserir os licenciandos no cotidiano escolar, proporcionando-lhes experiências profissionais que permitam desenvolver consciência crítica e capacidade de compreender a realidade educacional e interferir sobre ela;
- Promover a articulação entre a instituição de ensino superior e a rede municipal de ensino, a fim de valorizar os profissionais da educação;
- Possibilitar o exercício das diferenças e a vivência de relações intergeracionais presentes no cotidiano escolar.

Observação

No cômputo das ações administrativas que envolvem o ingresso e o encerramento dos termos de compromisso dos estagiários remunerados, o

cumprimento dos prazos indicados para a entrega de frequências e documentos que regulamentam o desligamento dos estagiários é imprescindível para o processo de atribuição das vagas em vacâncias, bem como a regulamentação da situação de vínculo do estagiário junto ao CIEE e Prefeitura.

Anexo 11 - Calendário Escolar

 Prefeitura de SOROCABA		Secretaria da Educação	CALENDRÁRIO ESCOLAR - 2018								
		EMCEI									
Janeiro	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	1 - Constatização Universal Féris docentes: de 03/01/2018 a 31/01/2018			
	1	2	3	4	5	6					
	7	8	9	10	11	12	13				
	14	15	16	17	18	19	20				
	21	22	23	24	25	26	27				
	28	29	30	31							
Fevereiro	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	01 - Reunião de equipe (Dia não letivo) 02 - Planejamento (Dia não letivo) 05 - Início do ano letivo - Escola Aberta 12 e 13 - Carnaval - Ponto Facultativo 14 - Circo - Expediente 12 às 17 horas	ETAPA	DIAS LETIVOS	DIAS LETIVOS ACUMULADOS
	-	-	1	2	3						
	4	5	6	7	8	9	10				
	11	12	13	14	15	16	17				
	18	19	20	21	22	23	24				
	25	26	27	28	-	-	-				
Março	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	12 e 16 - RAEA (Creche/Pré-Escola e EF: Dia Letivo) 30 - Feriado Páido	CRECHE	21	36
	-	-	-	1	2	3					
	4	5	6	7	8	9	10				
	11	12	13	14	15	16	17				
	18	19	20	21	22	23	24				
	25	26	27	28	29	30	31				
Abril	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	21 - Feriado: Tridentes 30 - Facultativo	CRECHE	20	56
	-	2	3	4	5	6	7				
	8	9	10	11	12	13	14				
	15	16	17	18	19	20	21				
	22	23	24	25	26	27	28				
	29	30									
Maio	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	1 - Feriado (Dia do Trabalho) 7 a 11 - CCIA/T (Dia letivo) 14 e 18 - Reunião de Av. e Acomp. do Des. e Ap. na Ed. Inf. (Creche/Pré: Dia letivo) 31 - Feriado (Corpus Christi)	CRECHE	21	77
	-	1	2	3	4	5					
	6	7	8	9	10	11	12				
	13	14	15	16	17	18	19				
	20	21	22	23	24	25	26				
	27	28	29	30	31						
Junho	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	1 - Facultativo 04 e 08 - RAEA (Creche/Pré-Escola e EF: Dia letivo)	CRECHE	20	97
	-	-	-	-	1	2					
	3	4	5	6	7	8	9				
	10	11	12	13	14	15	16				
	17	18	19	20	21	22	23				
	24	25	26	27	28	29	30				
Julho	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	10 a 18 - CCIA/T (Dia letivo) 09 - Feriado (Rev. Constitucionalista) 13 - Encerramento do 2º bimestre 16 e 27 - Receso Escolar docente	CRECHE	9	106
	1	2	3	4	5	6	7				
	8	9	10	11	12	13	14				
	15	16	17	18	19	20	21				
	22	23	24	25	26	27	28				
Agosto	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	15 - Feriado (Aniversário de Sorocaba) 20 a 24 - RAEA (Creche/EF/Pré-Escola: Dia Letivo)	CRECHE	22	129
	-	-	-	1	2	3	4				
	5	6	7	8	9	10	11				
	12	13	14	15	16	17	18				
	19	20	21	22	23	24	25				
	26	27	28	29	30	31	1				
Setembro	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	07 - Feriado (Independência do Brasil) 17 e 21 - Reunião de Av. e Acomp. do Des. e Ap. na Ed. Inf. (Creche/Pré: Dia não letivo)	CRECHE	18	147
	2	3	4	5	6	7	8				
	9	10	11	12	13	14	15				
	16	17	18	19	20	21	22				
	23	24	25	26	27	28	29				
	30										
Outubro	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	01 e 05 - CCIA/T (EF: Dia não letivo) 12 - Feriado (Nossa Senhora Aparecida) 15 - Ponto facultativo Escolar - Dia do professor (Decreto 21.976/2015 e 22.404/2016) 28 - Dia do Funcionário Público	CRECHE	21	168
	7	8	9	10	11	12	13				
	14	15	16	17	18	19	20				
	21	22	23	24	25	26	27				
	28	29	30	31	-	-	-				
Novembro	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	02 - Feriado (Finados) 15 - Feriado (Proclamação de República) 16 - Ponto Facultativo 19 - Ponto Facultativo 20 - Feriado (Dia Nacional de Consciência Negra)	CRECHE	17	185
	-	-	-	1	2	3					
	4	5	6	7	8	9	10				
	11	12	13	14	15	16	17				
	18	19	20	21	22	23	24				
	25	26	27	28	29	30	1				
Dezembro	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	03 - RAEA/Avaliação Institucional (Creche/Pré e EF: Letivo) 03 a 14 - Atividades de final de ano (Dias letivos) 10 - CCIA/T - Conselho Final (Dia letivo) 12 - Divulgação dos resultados finais/12 e 18 - Recondição e recursos 21 - Término do ano letivo 26 - Feriado (Natal) 24 a 31 - Receso escolar docente	CRECHE	15	200
	2	3	4	5	6	7	8				
	9	10	11	12	13	14	15				
	16	17	18	19	20	21	22				
	23	24	25	26	27	28	29				
	30	31									

HOMOLOGADO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

DATA: ___/___/2018

APROVADO

SUPERVISOR DE ENSINO

DATA: ___/___/2018

APROVADO

CONSELHO DE ESCOLA

DATA: ___/___/2018

APROVADO

DIRETOR DA UNIDADE

DATA: ___/___/2018

APROVADO

- 1 - RAEA: 4 reuniões
- 2 - Conselho de Escola: 1 reunião por bimestre - dia letivo
- 3 - APM: reuniões conforme estatuto - dia letivo
- 4 - Reunião de Pais: 1 por bimestre (dia letivo)
- 5 - Reunião de Av. e Ao. do Des. e Aprend. na Ed. Infantil: